

ATA DA NONAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 11-10-2021.

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Jonas Reis, Juan Savedra, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes e Mauro Zacher. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei do Legislativo nºs 261, 270 e 276/21 (Processos nºs 0649, 0659 e 0669/21, respectivamente), de autoria de Andrea da Matta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 289/21 (Processo nº 0710/21), de autoria de Jessé Sangalli; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 200 e 318/21 (Processos nºs 0518 e 0775/21), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 320/21 (Processo nº 0531/21), de autoria de Kaká D'Ávila; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 213 e 303/21 (Processos nºs 0560 e 0743/21, respectivamente), de autoria de Leonel Radde. Foi apregoado o Ofício nº 2535/21, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 037/21 (Processo nº 0992/21). Foram apregoados requerimentos de autoria de Daiana Santos e Giovani e Coletivo e de Matheus Gomes, deferidos pelo Presidente, solicitando o desarquivamento, respectivamente, dos Projetos de Lei do Legislativo nºs 336/17 e 132/20 (Processos nºs 3003/17 e 0325/20, respectivamente). Também, foi apregoado documento firmado por Bruna Rodrigues, informando seu retorno ao exercício da vereança a partir de oito de outubro do corrente, tendo o Presidente informado que, por conseguinte, cessara, na mesma data, o exercício da vereança por Giovani e Coletivo. Ainda, foi aprovado requerimento de autoria de Mari Pimentel, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia onze ao dia dezessete de outubro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Juan Savedra, informando-o que integraria a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a José Luiz Marocco Feijó, do Rotary Club de Porto Alegre Jardim Planalto – Distrito 4670 –, que se pronunciou acerca da campanha de vacinação e do Dia Mundial de Combate à Poliomielite. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Pedro Ruas, Comandante Nádia, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Idenir Cecchim, Leonel Radde, Daiana Santos, Roberto Robaina e Mauro Pinheiro manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e quatro minutos às quatorze

horas e quarenta e sete minutos. Após, por solicitação de Idenir Cecchim, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Renato Abreu. Em prosseguimento, foi aprovado requerimento verbal formulado por Laura Sito, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, iniciando-se o período de COMUNICAÇÕES, destinado a homenagear o curso preparatório TransENEM, nos termos do Requerimento nº 239/21 (Processo nº 0904/21), de autoria de Laura Sito. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Laura Sito, proponente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Daiana Santos. A seguir, o Presidente concedeu a palavra a Morgan Lemes Santos e a Diana de Almeida Santana, que, em nome do curso preparatório TransENEM, pronunciaram-se acerca da presente solenidade. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e nove minutos às quinze horas e onze minutos. Em continuidade, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO de Léo Voigt, secretário municipal do desenvolvimento social e esporte, que se pronunciou acerca do projeto Ação Rua. Após, Pedro Ruas, Idenir Cecchim, Comandante Nádia, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Hamilton Sossmeier, Cláudia Araújo, Laura Sito, Jonas Reis, Alexandre Bobadra, Matheus Gomes e Daiana Santos pronunciaram-se acerca do tema em debate. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Roberto Robaina, Moisés Barboza, Airo Ferronato, Mônica Leal, Bruna Rodrigues, Comandante Nádia e Claudio Janta. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Léo Voigt. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e vinte e cinco minutos às dezessete horas e vinte e seis minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Leonel Radde e Psicóloga Tanise Sabino. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 031/21. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/21, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 019, 021, 023 e 024/21, o Projeto de Lei do Legislativo nº 281/21 e o Projeto de Lei do Executivo nº 035/21; em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 029/21, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 010, 067, 182, 362, 367, 373, 374 e 059/21, este discutido por Jonas Reis, e os Projetos de Lei do Executivo nºs 026 e 027/21. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Comandante Nádia, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 165/20 (Processo nº 0394/20), e foi aprovado requerimento de autoria de Comandante Nádia, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/21 (Processo nº 0696/21). Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Mauro Pinheiro, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 085/21 (Processo nº 0251/21), e foi aprovado requerimento de autoria de Mauro Pinheiro, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoado requerimento de autoria de Karen Santos, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 21 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 015/21 (Processo nº 0692/21). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Cláudia Araújo. Às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos, constatada a inexistência de

quórum, em verificação solicitada por Claudio Janta, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Comandante Nádia, Márcio Bins Ely e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e sete Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Registro as presenças do deputado federal Bibó Nunes; boa tarde, deputado Bibó, seja bem-vindo; Sr. Léo Voigt, secretário municipal do Desenvolvimento Social, que participará da sessão em período de Comparecimento; do vereador Fernando Deadpool, do município de Gravataí - RS; do Sr. Gelson Luiz Guarda, secretário municipal adjunto de Segurança; do Sr. Alexandre Borck, secretário municipal adjunto de Governança Local e Articulação Política; da Sra. Camila Nunes, secretária municipal adjunta do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade; e da Sra. Cátia Lara Martins, presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC.

Solicito que o diretor legislativo proceda à leitura das proposições apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego o retorno da Ver.^a Bruna Rodrigues ao exercício do mandato a partir de 8 de outubro de 2021 (período original da LTS – de 04 a 10 de outubro de 2021) – cessou, no mesmo dia, o exercício da vereança pelo suplente Giovani e Coletivo.

A Ver.^a Mari Pimentel solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 11 a 17 de outubro de 2021.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Mari Pimentel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** A Mesa declara empossado o Ver. Juan Savedra, nos termos regimentais, em razão da impossibilidade de o suplente Tiago José Albrecht assumir a vereança, que integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude – CECE.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Rotary Club de Porto Alegre Jardim Planalto – Distrito 4.670, que tratará de assunto relativo à Campanha de Vacinação com ênfase ao dia 24 de outubro (Dia Mundial de Combate à Poliomielite – Bandeira número 1 do Rotary Internacional).

O Sr. José Luiz Marocco Feijó, representando o Rotary Club de Porto Alegre Jardim Planalto, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. JOSÉ LUIZ MAROCCO FEIJÓ: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; obrigado por este espaço na Tribuna Popular; uma boa-tarde aos demais vereadores, a todas as autoridades aqui citadas; aos meus companheiros de Rotary que estão aqui presentes, familiares. Srs. Vereadores, estou aqui para falar sobre um assunto muito importante que é a poliomielite. Meu nome é José Luiz Marocco Feijó, pertença ao Rotary Club de Porto Alegre, Jardim Planalto – Distrito 4.670, cujo governador é o Sr. Israel Ody e presidente do Rotary Internacional é o indiano Shekhar Mehta. Nosso lema rotário deste ano é servir para transformar vidas.

O Rotary Club é um clube de prestação de prestação de serviços, formado por profissionais, líderes, empresários, todos voluntários, existe em todas as partes do mundo, praticamente em todos os países, prestando serviços humanitários e ajudando a estabelecer a paz. A nossa principal campanha, End Polio Now, é erradicar a poliomielite. O que vem a ser poliomielite? Poliomielite é uma doença infectocontagiosa, de alto risco e de alta contaminação. As crianças, quando infectadas, causa deficiência física. A poliomielite ou a paralisia infantil não tem cura, o que existe é prevenção e, prevenção, se dá somente através das vacinas. As vacinas funcionam prova disso é que a luta da erradicação da poliomielite já está quase no fim. O último caso de paralisia no Brasil foi em 1989, por isso que os papais e as mães não estão mais preocupados em vacinar as crianças, porque não veem mais crianças caminhando com dificuldade ou cadeira de rodas ou com aparelhos ortopédicos.

Eu contraí poliomielite aos dois anos de idade, perdi completamente a força na perna esquerda. O Rotary entrou nessa campanha em 1985 com o programa Pólio Plus, naquela época eram contaminadas em torno de 350 mil crianças por ano, isso vem a ser, aproximadamente, mil crianças por dia, a cada 15 minutos 10 crianças ficavam deficientes. Há casos de óbito quando ataca a musculatura da respiração ou a pessoa vai ter que ficar confinada a um pulmão de aço pelo resto da vida, senão vai a óbito.

Hoje tem dois países endêmicos no mundo, o Afeganistão e o Paquistão, dois casos, um em cada país. No ano passado, esses países tiveram 140 casos de poliomielite, do vírus nº 1 que é o mais agressivo, a cepa viral. Outubro é o mês da poliomielite e nós, rotarianos, desenvolvemos várias ações para o mês de outubro, inclusive, no dia 16 é o dia nacional de polivacinação, e no dia 24 que é o Dia Mundial de Combate ao Poliomielite. No dia 24 de outubro temos a nossa carreata em Porto Alegre que começa às 10h, sai na FIERGS e termina no Parque Marinha do Brasil. Estão todos convidados, quem quiser participar será muito bem-vindo. Presidente, Ver.

Márcio Bins Ely, parabéns pela iniciativa da Lei nº 12.091, de 07 de julho de 2016, fazendo com que os pais apresentem a caderneta de vacinação, isso é muito importante. Devemos agradecer a todos os voluntários, médicos, agentes de saúde que trabalham incessantemente para erradicar a pólio. Se hoje os nossos filhos, nossos netos não têm mais paralisia poliomielite, se deve ao trabalho incansável desses voluntários. A marca End Polio Now que é a erradicação da pólio agora, fica até como uma sugestão, Presidente Ely, para esta Casa, para que, como a maioria das capitais no mundo estão, no dia 24 de outubro, iluminando os prédios, as Prefeituras, as catedrais, a nossa Prefeitura, a sua fachada, fosse iluminada, no dia 24 de outubro, com a expressão End Polio Now. É de se pensar.

Então, reforçando a poliomielite, a melhor proteção contra essa doença é a prevenção, uma vez contraída não há como curá-la. Historicamente, é a doença que mais causou deficiências físicas aos seres humanos. A América está erradicada desde 1994; recentemente, a África, em 2019, ganhou condição de erradicada. Presidente Ely, obrigado pela oportunidade e peço que pensem com carinho sobre iluminar a fachada da nossa Prefeitura. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Sr. José Luiz Feijó, convido-o para compor a Mesa. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, e à representação importante para nós do Rotary Club aqui na Casa. Eu tenho orgulho de ser filho de um rotariano, meu pai sempre foi rotariano e eu conheço muito o trabalho social do Rotary, e vi com o meu pai, vi também com Stédile, eles trabalhavam juntos. Eu acho, Presidente Márcio, que este momento é um momento especial para a Casa, porque é um trabalho que nós temos que prestigiar, nós temos que elogiar todos que ajudam o nosso povo e vocês ajudam, isso faz diferença enorme. A questão da poliomielite, o Rotary teve uma importância histórica reconhecida mundialmente e no nosso País também. Na questão do restante da vacinação, particularmente hoje da covid-19, acho que o Rotary tem um grande papel a desempenhar. Fica aqui o meu abraço, incentivo e reconhecimento por esta luta tão importante. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Eu quero aqui fazer uma saudação muito especial em nome da Mesa, cumprimentar o Feijó, mandar um abraço fraterno para o nosso governador Israel. Bem lembrado a nossa iniciativa aqui de exigirmos a caderneta de vacina na oportunidade da matrícula e reforçar o nosso entendimento a favor das campanhas de vacinação, em especial da poliomielite que

acabou sendo erradica muito em função do que foi feito pelo Rotary. Então, a todos os nossos companheiros de Rotary o nosso reconhecimento fraterno.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste na TVCâmara, o vereador Fernando Deadpool, de Gravataí, e, em especial, cumprimentar o Rotary Club de Porto Alegre Jardim Planalto, em nome do Sr. José Luiz Marocco Feijó, pelo trabalho excelente que tem realizado ao longo desses anos no Rotary. O Rotary foi muito o meu parceiro na questão das debutantes do 19º Batalhão de Polícia Militar e eu acredito que Rotary tem entrado em vários segmentos, em várias áreas de atuação, seja em vacinação, seja em ações sociais, agora, com a pandemia, com a questão da alimentação, cestas básicas para as pessoas. Não apenas o Rotary do Jardim Planalto, mas todos os Rotary que se aliam a boas causas. Então, parabéns pela iniciativa, vida longa ao Rotary e aos seus colaboradores. Parabéns!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente. Não poderia deixar de me manifestar com relação ao Rotary do Jardim Planalto onde eu comecei boa parte do meu trabalho social, através da Paloma que era presidente no momento, e ali aprendi o que o Rotary faz de bom pelas pessoas. Hoje eu troco cadeiras de roda através do Rotary Club, o Rotary faz um brilhante trabalho não só na questão da vacinação, como tantos outros temas voltados ao social que, para mim, é o mais importante, o mais urgente para a nossa sociedade. Queria parabenizá-lo e desejar vida longa ao Rotary para que possa continuar fazendo esse trabalho social que é tão maravilhoso. Parabéns!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, queria dizer ao Rotary do Planalto, eu que moro na divisa do Jardim Itu com o Planalto, que tenho visto muitas campanhas do Rotary, no Supermago, nos mercados da região, arrecadando alimentos e várias outras formas de ajudar as pessoas que mais precisam e, principalmente, a conscientização da necessidade de se vacinar, de necessidade de não ter esse medo que é constante. Nós falávamos, nesses dias, que se tinha da meningite

anos atrás, da poliomielite que hoje, tendo as vacinas, já se consegue ter um pouco mais de tranquilidade na vida. Vida longa ao Rotary, ao senhor que vem tocando estas campanhas ajudando as pessoas que mais precisam.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente Márcio; ao meu presidente, homem que faz o bem sem olhar para quem, isso serve para a vida de quem é rotariano e de quem não é rotariano. O bem a gente faz e não olha, não precisa que os outros saibam quem está fazendo o bem, o Rotary tem essa. Eu fui rotariano por muito tempo do Rotary Club Iguatemi, me deu muitas alegrias e pude ajudar muito em muitas causas importantes.

Então, quando encontramos um companheiro de Rotary Club, em qualquer lugar do mundo, quando nos identificamos, assim, sempre tem um outro olhar, enxergando isso, que sabe que você é um homem de bem, um homem rotariano. Parabéns, vida longa ao Rotary Club!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Quero parabenizar, em nome do Partido dos Trabalhadores, a iniciativa do Rotary Club neste momento tão difícil que nós temos no nosso País, com essa situação da vacina, termos uma campanha tão relevante, vinculada à vacinação é muito importante para toda nossa população. Parabéns pela iniciativa, parabéns por todo o trabalho que o Rotary Club vem fazendo para nossa sociedade. Vida longa a todos vocês! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, Presidente, seja bem-vindo; quero fazer uma saudação especial em nome da bancada do PCdoB ao Rotary, que, num momento tão duro da saúde pública no País, vem apoiando e fomentando a vacinação, porque entende, porque compreende que esse, definitivamente, é um passo importantíssimo; então, faço um agradecimento especial,

sejam sempre muito bem-vindos, e mais uma vez, em nome da bancada do PCdoB, o reconhecimento àqueles que acreditam na ciência, um abraço.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, saudações para ti e para todos os vereadores e vereadoras; essa tribuna é muito importante, também pelo o que outros vereadores já falaram; agora mesmo, a Ver.^a Daiana e o Ver. Radde mencionavam um tema que é muito caro. A vacina da pólio, o Brasil tem a cultura da vacinação – isso é muito importante, isso é o que explica como nós temos uma adesão importante à vacinação, por parte do povo. Agora, quando estamos experimentando essa tragédia, que já nos levou mais de 600 mil vidas, pela covid, ter uma atividade, ter uma experiência concreta de doença que foi combatida com a vacinação é muito importante, é importante evidentemente para que nós não tenhamos recorrência desse tipo de doença, mas também é educativa para o conjunto de doenças que também nos afetam; então, queria parabenizar porque realmente nós estamos em um momento especial, todos sabem que infelizmente há uma campanha, inclusive, contra a vacinação, que partiu do Presidente da República, que atinge inúmeros políticos no Brasil, inúmeros políticos fazem propaganda contra a vacina, e vocês, ao estarem mostrando a importância da vacinação no combate à pólio, bem como dando uma demonstração da importância que tem, justamente esse tipo de atividade, a vacina, a ciência; portanto, meus parabéns em nome da bancada do PSOL. Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde, Presidente; quero cumprimentar nosso companheiro do Rotary Club de Porto Alegre Jardim Planalto, dizer que não poderíamos esperar nada diferente do Rotary Club pelo trabalho que sempre fez, inclusive a participação do Rotary Internacional na questão da poliomielite, e agora também com essa questão da covid, pregando a vacinação. Então, para nós é um orgulho estar junto com nossos companheiros do Rotary Club de Porto Alegre Jardim Planalto - vida longa para o Rotary, que continue sempre com companheirismo, ajudando as comunidades. Parabéns!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradecemos a todas as bancadas que se manifestaram, bem como a presença do Sr. José Luiz Marocco Feijó, representante do Rotary Club de Porto Alegre Jardim Planalto. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas. Convido a todos para fazermos uma fotografia para registrar este momento.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h44min.)

(Procede-se ao registro fotográfico.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 14h47min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Renato Abreu, um filho, praticamente, de Pedro Simon - há 34 anos trilha ao lado do seu líder, Pedro Simon, já foi secretário, já foi seu motorista – atualmente era Ouvidor-Geral do Estado, falecendo aos 61 anos, de câncer; era um político de um partido só, o partido de Pedro Simon.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

SR. LAURA SITO (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Laura Sito. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a homenagear o curso preparatório TransENEM, nos termos do Requerimento nº 239/21, de autoria Da Ver.^a Laura Sito.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Morgan Lemes Santos; o Sr. Lázaro Aleixo dos Santos; Diana de Almeida Santana, representantes do curso preparatório TransENEM.

A Ver.^a Laura Sito, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, Presidente, boa tarde às colegas vereadoras e aos colegas vereadores, hoje nós estamos aqui num momento extremamente simbólico na Câmara de Vereadores. Mais do que homenagear o curso preparatório TransENEM, fazemos aqui um momento simbólico em relação à luta contra a transfobia, a luta pela igualdade na nossa cidade, no nosso País. A história do Brasil é permeada pela exclusão, pela opressão e pelo preconceito. Isso também vale para o tema sexual e de gênero. É importante nós destacarmos que, inclusive, o próprio processo de colonização suprimiu expressões de gênero e sexualidade, que eram pré-coloniais, desenvolvidas, tanto pelo povo africano, quanto pela população indígena, e foram suprimidas, apagadas pelo processo colonizador. Nosso País, destaco aqui o papel do poder público, embora com pequenos avanços que tivemos no último período, nunca abraçou ou protegeu a diversidade, a liberdade de ser quem se é em nossa sociedade. E as pessoas trans são as que mais sofrem com isso. A transfobia se manifesta de muitas maneiras, mas a marca é cotidiana, muitas vezes expressa dentro de casa, como a violência doméstica e o abandono. A importância de centros de acolhimento e informação – são fundamentais nesse processo; portanto, é importante nós destacarmos aqui o processo que a própria pandemia revelou ser tão perversamente constitutivo da realidade da população trans no nosso País. Pois foi na pandemia que muitas dessas pessoas trans foram obrigadas a conviver em lares onde a violência era cotidiana, onde a sua opressão foi ainda mais enfatizada. Outras vezes, essa violência também se expressa de forma verbal ou simbólica nas ruas; hoje em dia ela está ainda, infelizmente, estimulada por diversas autoridades do poder público – aqui, faço essa ressalva, tendo em vista, desde o nosso Presidente da República, Jair Bolsonaro, entre tantas outras figuras que, infelizmente, fomentam a violência contra a população trans em nosso País. Também se manifesta da forma física – aí, talvez tenhamos, do ponto de vista mundial, inclusive, um dos dados mais tristes da realidade dos conflitos sociais em nosso País, pois o Brasil é o país que mais mata a população trans no mundo e esse número é crescente. Só em 2020, nós tivemos uma alta de 41% em relação ao ano anterior. Isso é importante que possamos vocalizar para que a gente consiga colocar para a sociedade a dimensão dessa violência que nós temos presente e que infelizmente ela é invisibilizada, muitas vezes, pelo poder público e pela própria sociedade sobre uma lógica hipócrita e conservadora, infelizmente. Mas também se percebe que a falta de oportunidades e a dificuldade de acessar o Estado é demonstrado na dificuldade de acessar o mundo do trabalho, de se manter na escola, de respeitar o atendimento à saúde e ao acesso a serviços dos órgãos públicos. Uma dessas dificuldades está no acesso ao ensino superior, e por isso que hoje fazemos esta homenagem tão especial ao trabalho organizado pelo TransENEM. É certo de que o País viveu uma democratização do acesso à universidade muito substantiva nos últimos 15 anos, inclusive eu sou fruto desse processo, eu me formei na Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela política de cotas. Mas também é verdade que esse acesso a políticas afirmativas, a políticas democratizantes é desigual, ele tem a ver com o lugar onde nós estamos na sociedade e a nossa condição de acesso a esses bens e a esses serviços. Portanto, ainda que nós tenhamos tido muitos avanços durante os governos de Lula, Dilma, nós ainda

temos muito a avançar no acesso ao ensino superior, e para isso é necessário que nós tenhamos ações do Estado e também ações da sociedade civil organizada. É exatamente nesse sentido que o TransENEM apresenta a sua importância, se por um lado haver política pública de proteção às pessoas trans de acesso e direitos, por outro lado as iniciativas da sociedade, dos movimentos precisam existir e precisam ser valorizadas. Esse curso pré-vestibular, que é prepara para o ENEM que é destinado para as pessoas trans atua em Porto Alegre desde 2016. O pessoal aqui homenageado vai poder falar melhor do que eu, mas o quanto nós estamos falando não somente de uma preparação para acesso ao ENEM, para acesso à universidade brasileira, mas nós estamos falando aqui da oferta, da perspectiva de futuro, de dignidade e principalmente de cidadania. Nós vivemos num país onde o acesso pleno da cidadania é desigual, e quando nós falamos aqui em preparar a divisão do capital cultural da sociedade é disso que nós falamos quando falamos no acesso ao ensino superior, nós estamos falando da luta pela garantia do acesso à cidadania de maneira plena, com dignidade, e é disso que o TransENEM trata, por isso que hoje homenageamos o TransENEM e o belo trabalho que por vocês é executado na cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde Presidente. Sejam muito bem-vindos, uma saudação especial a Ver.^a Laura Sito por essa oportuna homenagem, num período em que a gente vem avaliando de forma muito contundente a retirada daquilo que tange em torno da educação. Temos aí uma proposta falando sobre o TransENEM que possibilita para esses jovens a ruptura de ciclos de violência, que possibilita uma outra oportunidade diante dessa realidade que é tão dura. Pensando, eu acho que é importante ressaltar sempre, que a expectativa de vida das pessoas trans, também isso no Brasil, é de 35 anos em média, Ver.^a Laura. Então, quando a gente fala do investimento na educação, acho que é preciso trazer isso aqui como um ponto importante, a redução de 92% do investimento na educação, isso é o que o governo Bolsonaro tem feito nesses últimos tempos aí – essa foi a última informação que nós tivemos. Isso fala do quê? Da negligência, do descaso, de algo que é muito caro e necessário para que a gente rompa esses ciclos, que são, sim, de violências para uma determinada parcela da população. Trabalhar nessa perspectiva de construir essas pontes transformadoras através da educação se faz fundamental. Olhar para o TransENEM é olhar para o futuro, é pensar que a educação tem o papel transformador, mas principalmente de trazer algo em torno de uma construção crítica e necessária, pensando na sociedade. Mas principalmente eu acho que é isso que quero falar para vocês, olhar para vocês três sentados aqui nesta Casa, nessa bancada, já começa a fazer a modificação do que é este espaço, já começa a fazer a transformação de quem somos nós, parte significativa da sociedade que sempre foi colocada às margens. Quando eu

olho para vocês aqui, eu vejo que definitivamente nós estamos avançando, porque uma parcela significativa de quem somos nós, não pode ficar anulada, não pode ficar invisibilizada. Então é sempre muito bom quando a gente ocupa esses espaços e ocupa com qualidade. Eu vejo isso como um novo momento, pensando justamente pelo fato de ser a primeira vereadora lésbica aqui dentro, vocês são parte da sigla que sempre foi anulada, são justamente os transexuais e as travestis que mais sofrem com essa desestrutura de política pública e investimento. Pensar que esta é a Casa que tem que estar pautando política pública, que tem que estar fazendo a abertura dessa natureza para que todos participem, para que todos tenham voz e vê-los aqui, isso é fundamental. Não vejo outra maneira de fazermos com que tenhamos ganhos nessa caminhada, isso é fundamental relacionado à educação ao mercado de trabalho, relacionado à qualidade de vida. Aí também penso que isso fala da expectativa de vida e desse período muito duro em que vivemos. Olhar para tudo isso é olhar com muita responsabilidade para o futuro, é olhar com muita responsabilidade para toda uma sigla. Novamente eu digo: nós estamos diante do pior cenário. O Brasil continua sendo o país que mais mata LGBTQIA+ no mundo, e se ele não possibilita espaços para a construção do saber, se ele não possibilita espaços críticos, ausência e anulação desses lugares fala também do porquê se constroem políticas dessa natureza, e do porquê essas prioridades nunca são dadas. Vejo este momento, Ver.^a Laura, como um momento fundamental para que nós comecemos... E fazer isso de uma forma muito séria, trazer para dentro desta Casa um debate com toda essa correlação, que aí fala da habitação, do acesso ao ensino superior, mas também fala da alimentação, também fala da segurança pública, fala da ocupação dos espaços de toda ordem, não podemos mais aceitar que sejam definidos alguns espaços como somente aqueles que podem ser utilizados por nós. Aqui é um bom exemplo disso. Então que vocês sejam sempre muito bem-vindos, contém comigo, contém com a mandata, contém com a bancada do PCdoB, e saibam que esta é a Casa do Povo, este é o espaço de vocês. É um enorme prazer estar referenciando quem constrói educação como uma ponte para o futuro, e esses são vocês que acreditam na ciência, que acreditam na educação, mesmo – vou trazer novamente isso, até é bom que tem um deputado federal aqui que pode ouvir, acho que é fundamental que ele ouça – com a retirada de 92% do investimento solicitado pelo Ministro da Economia. Como nós vamos pensar num futuro onde temos 8% de um orçamento somente para poder construir? Não existe possibilidade de pensar no futuro e romper esses ciclos que são ciclos de violência com aqueles que definitivamente já tem pouco e poucas possibilidades onde se retiram bolsas, onde se retiram o investimento na educação. Então saudar o TransENEM é saudar todo um processo educacional fundamental para a construção desta sociedade que nós acreditamos: plural, diversa e múltipla. Sejam muito bem-vindos e parabéns ao TransENEM.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Morgan Lemes Santos e Diana de Almeida Santana dividirão o tempo regimental de 5 minutos para manifestação. O Sr. Morgan Lemes Santos está com a palavra.

SR. MORGAN LEMES SANTOS: Agradeço o convite, mais uma vez, a homenagem. Eu sou professor de história dentro do Coletivo TransENEM e também faço parte da organização do Coletivo. O Coletivo existe desde 2016, é um coletivo de educação popular, sua base é do Paulo Freire. Nós estamos atuando de forma totalmente voluntária, não recebemos nada por isso, porque a gente acredita na educação popular. A gente acredita na educação para as pessoas trans, que são extremamente invisibilizadas dentro deste País, onde acontece uma necropolítica com a população trans também. E como foi falado pela Ver.^a Laura Sito, o Brasil é um país que lidera de assassinatos a pessoas trans. Então, a educação popular para população trans é extremamente importante, porque nós temos dados que só nós, o pessoal da Antra, porque não é oficial pelo IBGE, nós ainda somos invisibilizados nessa questão, nós não somos lidos, nós não temos dados, os dados que são tirados são pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil – Antra, onde a partir de 13 anos as pessoas trans são expulsas de casa, sendo assim a sua educação não pode ser concluída. Então, nós trabalhamos com a educação porque é o nosso alicerce, é a nossa ponta onde a gente acredita e conseguimos colocar muitas pessoas trans na universidade. Agora, com a pandemia, estamos atuando de maneira *on-line*, em que conseguimos abranger outras pessoas de outros estados, que nós temos estudando juntamente conosco. Nossa educação se volta à demanda do nosso público, então não somos uma caixa fechada, vemos o que os nossos alunos precisam e nós adaptados a educação a partir deles, construímos juntos com eles, e essa tem sido a nossa base. Somos um Coletivo de maneira horizontal de política, não tem uma hierarquia, e a nossa política é essa. Como eu falei, é extremamente importante que nós tenhamos educação para a população trans. E também vimos a necessidade de abrir para pessoas lésbicas e *gays* cisgêneros estudarem também devido a demanda, a procura. Então a procura é muito grande para ter esse curso, para ajudar a sua formação, seja ele no ensino de educação formal ou como a educação básica, ou ensino superior. Mais uma vez, eu agradeço a homenagem e todo o apoio que nós temos recebido, e deixo aqui a nossa palavra que o Coletivo vai continuar trabalhando, vai continuar rompendo barreiras, nós não pretendemos parar de lutar pela educação popular.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Sra. Diana de Almeida Santana, representante do curso preparatório TransENEM, está com a palavra.

SRA. DIANA DE ALMEIDA SANTANA: Boa tarde, sou professora de história do TransENEM, quero começar a minha fala dizendo que a gente está vivendo um momento muito forte de violência política na política. Gosto de falar que a gente

vive um movimento de violência contra os oprimidos pelo gênero e sexualidade, as mulheres, especialmente as negras, indígenas, as pessoas trans, as pessoas LGBTs, onde a gente tem um Presidente que foi eleito falando que, se tem um filho meio afeminado, tem que dar uma porrada nele que ele melhora, que se elegeu em cima de *fake news*, que atacava a população LGBT – mamadeira de piroca, famosa, *kit gay*, etc. –, onde a gente tem um governador que, apesar de ser da população LGBT, não faz nenhuma política para a população; onde a gente tem um prefeito que se elegeu fortemente pautado na violência de gênero contra a sua opositora, que era uma mulher, inclusive usando de muitas *fake news* que utilizavam violência de gênero. Essa ausência ou essa ignorância voluntária do Estado de olhar para essa população nos força a criar redes de proteção e solidariedade, casas de proteção, espaços educacionais, todos esses espaços sempre existiram pela população LGBT, como disse a Laura, que sempre foi marginalizada pelo Estado brasileiro. Neste momento, fica cada vez mais cabal, mais visível o quanto o Estado ignora a população LGBT, e é neste momento, então, que surgem essas iniciativas.

Nós somos um coletivo focado na educação popular, popularizada pelo grande Paulo Freire, que fez 100 anos este ano, e essa educação não é só uma educação que traz elementos para as pessoas, ela utiliza os elementos que as pessoas já têm na construção de um conhecimento coletivo. Isso é muito poderoso. Quando a gente constrói uma educação popular para pessoas LGBT, a gente constrói redes para fortalecer e proteger as pessoas que o Estado, infelizmente, neste momento, ignora, como a Daiana trouxe. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Agradecemos as presenças do Sr. Morgan Lemes Santos e da Sra. Diana de Almeida Santana, representantes do curso preparatório TransENEM. Convido os representantes do TransENEM e os demais vereadores para uma fotografia. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h09min.)

(Procede-se ao registro fotográfico.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h11min: Estão reabertos os trabalhos.

Hoje temos o comparecimento do Sr. Léo Voigt, Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Esporte, que abordará o assunto projeto Ação Rua. Convido a Sra. Cátia Lara Martins, presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC, para compor a Mesa.

O Sr. Léo Voigt está com a palavra.

SR. LÉO VOIGT: Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely; saúdo todos os vereadores e vereadoras desta Casa, os colegas de governo, os colegas da Secretaria de Desenvolvimento Social, da FASC, e uma saudação especial a presidente Cátia Lara e ao vice-presidente Cristiano Roratto. Presidente Márcio, o governo municipal reordenou a estratégia de enfrentamento a circunstâncias de população adulta nas ruas, e esse reordenamento está sendo submetido a esta Casa para colher críticas, sugestões e proposições. Não se trata de um programa nem de um projeto, se trata de uma estratégia continuada de política pública que antecede ao atual governo e que deverá ter prosseguimento para além deste governo. O nome desta estratégia incorpora o nome histórico que é o Ação Rua, porque é uma experiência bem-sucedida da cidade e que agora passa a ter um reordenamento estratégico.

(Procede-se à apresentação.)

SR. LÉO VOIGT: Sobre população de rua, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nós temos esses números históricos que foram alvo de pesquisa e de levantamento sobre a quantidade de população em circunstância de rua. No início do governo, olhamos todas as evidências e sabemos que temos hoje um número não superior a 2.500 pessoas adultas que podem ser identificadas como fazendo das ruas o seu domicílio. Uma parte dessa população já foi ou vem sendo acolhida na rede de proteção da assistência social, outra parte dessa população ainda permanece em circunstância de rua, e é a ela que dirigimos, então, todo o esforço do governo na área da saúde, da assistência e das demais políticas complementares para o enfrentamento dessa circunstância. Por que vimos defendendo que essa é uma prioridade do governo? O governo municipal fala de muitas prioridades, pois nós defendemos, Ver. Ruas, que essa é a prioridade das prioridades por essas razões que vêm a seguir. Em primeiro lugar, por um dever ético-moral que temos de que todo o morador de rua é uma ilha cercada de omissões ao longo da sua história, por todos os lados. Então, há um compromisso ético-moral imperativo que nos obriga a colocar os moradores de rua no centro do nosso esforço, da nossa reflexão e da nossa política. A segunda razão é o próprio capital metodológico da cidade de Porto Alegre, e que esta Casa conhece bem. Porto Alegre sempre que enfrentou circunstâncias de rua teve bom aproveitamento e sucesso. No caso da criança e adolescente, por exemplo, é uma das maiores experiências que permanece no interior da política pública do Município. Logo, para enfrentar esse tema, Porto Alegre não precisa visitar outras capitais no mundo para conhecer a metodologia, não precisa ir a Curitiba, não precisa ir a Medellín, não precisa ir a Barcelona, a tecnologia, a metodologia, o aprendizado cívico e público, Porto Alegre têm consolidado; o que precisa é colocar isso como uma prioridade no centro do governo. Logo, essa é a terceira razão porque acreditamos que isso é uma prioridade. Porto Alegre tem uma oportunidade histórica, porque situação e oposição têm amplo consenso sobre esse tema. Então, se temos um capital moral e histórico nesse enfrentamento e temos unidade na cidade, logo, estamos diante de uma oportunidade de fazer em Porto Alegre uma experiência de inclusão dos extremamente excluídos, de

uma forma exemplar e de vanguarda, por que não dizer assim. A quarta razão que defendemos que isso é, Presidente Márcio, uma prioridade é porque a cidadania exige isso do governo atualmente, como no passado se tornou intolerável crianças em situação de rua para todo o cidadão de Porto Alegre, esse flagelo humano também é uma exigência de todas as classes sociais, de todos os bairros, de todos os cidadãos de Porto Alegre. Logo, é um compromisso de exigibilidade de que enfrentemos de fato esse tema, além dessa quinta razão, que é o imperativo legal, quer dizer, a Constituição brasileira, a Lei Orgânica da Assistência Social, o Estatuto da Criança e do Adolescente e toda a legislação infraconstitucional nos obriga a não dormir serenamente enquanto houver um único porto-alegrense vivendo ao relento, ao abandono, sem proteção, sem teto, sem acesso continuado aos direitos sociais básicos. O prefeito Melo e o vice-prefeito Ricardo Gomes assumiram durante a campanha esse compromisso. Portanto, também tem uma razão política de que a gente enfrente essa prioridade. A seguir, portanto, o que estamos propondo à cidade de Porto Alegre, ao governo, à Câmara Municipal, aos empresários, à sociedade civil? Estamos propondo um pacto em prol da proteção integral da população em circunstância de rua. O que fazer a partir desse pacto? Primeiro, articular os ativos públicos, estatais e comunitários em favor da construção de um plano intersetorial. Essa é uma das novidades dessa estratégia, um plano intersetorial, não mais uma política apenas de abordagem da assistência social, e, sim, um plano intersetorial no interior do governo que seja atualizado e seja ambicioso e que altere, esse plano, as circunstâncias de domicílio nas ruas de pessoas adultas na cidade, pretendendo a reinserção delas no mundo da família, da renda e na comunidade, além de articular essa política intersetorial, implantar cuidados permanentes territorializados que evitem que novas pessoas ingressem em circunstância de rua. Não adianta nós atendermos os que estão na rua, se continuamos com essa torneira aberta gerando novos moradores de rua. Historicamente, em torno de 20% da população de rua de Porto Alegre é uma população que ingressou nas ruas no último ano. Então temos que fechar as torneiras originais que dão origem a essas circunstâncias de vulnerabilidade extrema. Por fim, como está no próprio objetivo, convocar a cidade num pacto em prol da população de rua. Já fizemos isso com as crianças, agora temos que fazer com os adultos a mesma coisa, o mesmo pacto. O objetivo estratégico é implantar um plano territorializado que represente acesso a uma política pública de proteção, se ele ainda não teve acesso; regresso, se ele evadiu; permanência, se ele já se vinculou a alguma política pública de proteção; acompanhamento e cuidados para a população de rua, acenando com a efetiva superação. O objetivo é deixar o pior lugar do mundo onde o sujeito deve viver, que é nas ruas, sem ter residência, sem ter habitação e sem ter acesso aos direitos sociais básicos.

Uma das novidades, então – não sei se visualmente dá para entender bem aqui –, é a arquitetura institucional do projeto. Ele não é mais um projeto da assistência, mas ele tem basicamente este corpo: duas pernas fundantes, que são a assistência social e a assistência em saúde. Isso é complementado por um conjunto de braços como se fosse uma deusa indiana, hindu: o trabalho, a educação, a habitação e todas as retaguardas necessárias, inclusive o esporte, a cultura e a segurança pública. Aquele

último quadro lá é o maior quadro não sem razão, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, ele é o maior quadro porque, se a cidade não coparticipar, ficará muito mais difícil de produzir resultados, de fazer as entregas que a política pública pretende. Portanto, temos que contar, sim, líder Cecchim, com as empresas, com os empresários, com as organizações da sociedade civil, com as igrejas, com o sistema de justiça, com os conselhos municipais. Temos que contar com a rede de proteção que a cidade constituiu, o fórum DCA, o fórum de entidades e as entidades parceiras do sistema de proteção. Na realidade, nós temos que fazer uma ampla mobilização com o objetivo desta prioridade. Prosseguindo, a assistência, então, mantém as 12 equipes nas 12 regiões da cidade. Não há nenhuma alteração, nenhuma modificação nas equipes territorializadas em toda a cidade de Porto Alegre. Na realidade, no primeiro momento, faremos uma expansão de vagas nas equipes do Centro da cidade. Como o sistema concentrou no Centro, se nós queremos fazer desconcentrado, nós temos que fazer um esforço concentrado no Centro para territorializar essas pessoas nos seus territórios, nas suas zonas de origem. Então, são mantidos os 125 trabalhadores que hoje fazem as abordagens de população nas ruas, a eles se somarão 24 redutores de danos, portanto, 2 redutores de danos para cada equipe na cidade, além de 5 novos profissionais na equipe do Centro que é a equipe da AICAS. Nós chegaremos a mais de 150 trabalhadores operando *full time*, com prioridade, à população de rua. Esse processo é concentrado, é dirigido exemplarmente pela FASC. A FASC garante, acompanha, monitora personalizadas essas populações.

A seguir nós vamos ter a maior expansão de serviços, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, em que a maior expansão de serviço é justamente na saúde. É no campo da saúde então que nós vamos ter o ingresso das equipes redutoras de dano, nós vamos ainda ampliar dramaticamente a rede Geração POA, geração de trabalho que trabalha a saúde mental para o retorno para o mundo produtivo, vamos ampliar exemplarmente as equipes do Consultório na Rua, imensamente – virão a seguir os números –, além de cuidado compartilhado dos centros de atenção psicossocial conectado com as equipes do Consultório na Rua, com as comunidades terapêuticas, com residenciais terapêuticos, porque nós vamos dar origem a essa nova estratégia de saúde, além das unidades de saúde e equipes de abordagem da própria assistência. Logo, o trabalho passa a ser um binômio. Não é mais cada um no seu quadrado. Agora é uma operação de irmãos siameses: saúde e assistência social, além de todas retaguardas das demais políticas.

Encaminhando já para o final, Presidente, quais são as propostas concretas que o governo municipal do prefeito Melo está já implementando plenamente a partir deste semestre? Uma política descentralizada e territorializada na cidade, desconcentrar tudo o que está centralizado no Centro e levar para a região dos territórios, esperar tudo dos territórios, pedir tudo e dos territórios aproveitar tudo que eles possam dar no atendimento dessa população. As doze equipes interdisciplinares da assistência são mantidas, são criados mais quatro Centros POP nos próximos anos, no Município de Porto Alegre, além de fortalecer o sistema no Centro, como eu já referi, implantar os redutores de danos, garantir o aumento no número de benefícios a serem ofertados, em

vez de aumentar a equipe de abordagem, nós aumentamos os benefícios que as equipes têm para oferecer para a população de rua, ou seja, 350 vagas em hospedagem social, 650 vagas em auxílio moradia, vamos reabrir o Abrigo Bom Jesus que, no último período, foi encerrado, e estamos fazendo um reordenamento da própria rede de acolhimento da FASC e conveniada com a FASC. Usar dos territórios tudo o que eles possam dar e definitivamente expandir os serviços de saúde mental e saúde em geral para a população de rua.

Os dados ficam consolidados, resumidamente, no próximo *slide*. Qual é a situação atual? Atualmente temos três Centros POP, passaremos a ter sete totalmente territorializados, descentralizados. Nós temos três Consultórios de Rua, sendo dois no Centro da cidade e um no Santa Marta, passaremos a ter nove equipes de Consultório na Rua. Passaremos de 450 auxílios-moradia para 650, e a hospedagem social, que é uma experiência muito bem-sucedida nos últimos anos em Porto Alegre, estará ampliando de 60 vagas de hospedagem social para 350 vagas neste momento. Não sei se no futuro irão expandir mais vagas pelo acerto que essa medida tem com essa população. É uma população que tem resistência para albergues, mas para hospedagem social é uma aceitação mais fácil e viável.

Concluindo, então, essas são as metas deste projeto com as quais estamos nos comprometendo, e contamos com esta Casa para que nos ajude a viabilizar essas metas. Podem parecer ambiciosas, senhoras e senhores, mas são factíveis. No primeiro ano, 100% da população vinculada a algum tipo de política pública, ou da assistência, ou da saúde, identificada, monitorada, diagnosticada e em acompanhamento. Até dezembro, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, se tiver uma pessoa residindo nas ruas de Porto Alegre que não é conhecida do sistema de proteção, é porque essa pessoa ingressou nos últimos dias. Essa pessoa não estará há mais de três dias, até o terceiro dia deverá ser alvo de uma aproximação e de uma proposta de acolhimento. No segundo ano, ou seja, até dezembro do ano que vem, Presidente Márcio, pretendemos dar um tombo no número de circunstâncias de rua em, no mínimo, 50% do total. No terceiro ano, nós queremos aprofundar o atendimento, tendo menos pessoas nas ruas, qualificar, personalizar ainda mais. Se alguém atentamente leu o caderno Doc, do jornal Zero Hora deste final de semana, na entrevista do grande economista Ricardo Paes de Barros, ele diz a seguinte frase, que é muito oportuna para esse terceiro ano: “Não há saída para a pobreza onde o pobre é anônimo. Precisa ter um agente ali ao lado dele para entender qual é a razão da pobreza dele. Não há solução para a pobreza que não seja profundamente local”. É isso que temos que fazer, acima de tudo, a partir do terceiro ano, personalizada, continuada e pessoalmente acompanhar cada uma das pessoas que ainda reincidem na circunstância de rua. E no último ano, se possível, reduzir, no mínimo, na pior das hipóteses, em 80% o número de moradores de rua de Porto Alegre. O que é um número muito conservador e uma má notícia, porque se restarem 20% de moradores de rua, isso é um monte de gente fora da proteção social. Obrigado, Vereador Márcio.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, secretário Léo Voigt. Convido-o para sentar conosco e acompanhar os trabalhos da Mesa.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu vou pedir licença a V. Exa., dada a importância do projeto apresentado pelo secretário Léo Voigt, acompanhado da Presidente Cátia Lara, para me manifestar em questão de ordem, Presidente, para dizer que nós temos, sim, uma urgência total, e também pretendo – estou falando em nome pessoal, por isso fiz essa questão de ordem – levar às companheiras e aos companheiros da oposição uma ideia de apoio integral a este projeto. Ele faz diferença, enorme diferença. Eu trabalhei, há aproximadamente 20 anos, na criação do Albergue Marlene, que ainda era na Rua Duque de Caxias, naquele tempo, passou para a Praça Garibaldi, e a gente sabe o que sofre a população em situação ou circunstância de rua. Nós temos a questão da habitação e da alimentação que são, sem exagero algum, vitais. Então, parabéns pelo projeto, pela iniciativa, pela luta e conte conosco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Pedro Ruas, que falou em nome da oposição. O Ver. Idenir Cecchim falará em nome do governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Um projeto igual a esse, Ver. Pedro Ruas, secretário Léo Voigt e minha querida Cátia Lara, presidente da FASC, um projeto desse tipo não tem que ser do governo nem da oposição, tem o selo da cidade. Por isso, queria cumprimentar o secretário e a presidente da FASC. Quando o líder da oposição e o líder da situação estão aqui no microfone para apoiar esse projeto é porque é um projeto que interessa ao futuro das pessoas e ao futuro da cidade de Porto Alegre. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Nós teremos dez oradores, secretário, e, ao final, o senhor terá mais dez minutos para as considerações finais.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Presidente Márcio Bins Ely, colegas vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, público que está aqui presente, secretário Léo Voigt, presidente da FASC, Cátia Lara Martins, quero dizer que fico muito feliz em poder estar aqui neste momento escutando o secretário e a presidente da FASC, que coadunam das mesmas ideias. Duas pessoas que não caíram de paraquedas na área social, mas que têm um trabalho relevante, um trabalho profícuo, um trabalho de muito tempo nessa área, principalmente, secretário, no que diz respeito

aos moradores de rua. A Cátia, presidente da FASC, e o secretário Léo Voigt vêm de organizações e têm trabalhado ao longo das suas carreiras exatamente para minimizar e melhorar as ruas da cidade.

Este projeto, hoje aqui apresentado com muita maestria, para o enfrentamento da situação de rua, por meio do secretário – vejo que vem o assessoramento também da Secretaria de Desenvolvimento Social – vem para nos acalantar e dizer que o governo municipal do Melo e do Ricardo Gomes estão atentos e, mais do que isso, estão colocando a mão na massa.

Independentemente de alguns que querem o pior, nós temos certeza de que esse trabalho, além de ter a convicção do que tem que ser feito, é baseado em ciência, é baseado em conhecimento, é baseado no que vocês sabem do morador de rua. Eu já fui secretária de Desenvolvimento Social e sei o quanto é difícil fazer o convencimento das pessoas que estão nas ruas a saírem delas; sabemos o quanto é difícil pedir uma contrapartida às pessoas que são assistidas, porque, na grande maioria das vezes, aqueles que querem assistência não querem que haja uma contrapartida. A contrapartida acontece até dentro de casa – para aqueles que duvidam, acontece em casa –, ninguém dá nada de graça sem o outro também dar um pouco de si. Eu sempre fui favorável à assistência social com comprometimento de todos. Não é apenas o poder público, não são apenas os empresários, mas também aquelas pessoas que estão na rua têm o seu compromisso, Presidente; as pessoas que vão ser acolhidas também têm que ter uma responsabilidade. Nada vem de graça, nada é por acaso; quando a gente dá algo, a gente também deve receber. O assistencialismo barato não se cria nesse governo – e eu fico feliz por isso –, porque nós temos que ter um momento de entrada e um momento de saída para essas pessoas, pois elas devem ser independentes logo ali na frente. Pessoas protagonistas das suas vidas é o que o governo municipal, o que o secretário Léo quer, é o que eu quero. Chega de gente ficar só dependendo do governo; trabalhar é digno, morar é digno, receber alimento é digno, mas essa dignidade também tem que ter um certo grau de responsabilidade. É isto o que eu acho: nós devemos, sim, dar a mão para aqueles que precisam, mas principalmente fortalecer e abraçar cada vez mais aqueles que querem sair da rua, que querem se comprometer com a sua educação, com profissionalismo, com também dar alguma coisa para Porto Alegre, porque ninguém vive e é inútil.

Quando secretária, conseguimos retirar cinco moradores de rua que hoje trabalham com dignidade. Agora, tem aqueles que querem que as pessoas continuem dependendo sempre, porque é mais fácil lidar com pessoas dependendo para ganhar o voto depois. Nós queremos – vou voltar a afirmar – pessoas protagonistas das suas vidas, pessoas que possam crescer, melhorar e serem abraçadas pelo secretário Léo Voigt, pela presidente Cátia Lara e pelo governo Sebastião Melo e Ricardo Gomes.

Vida longa à essa Secretaria. Parabéns por este projeto, e contem com esta vereadora no que for preciso para dar independência para essas pessoas, porque tem muita gente boa na rua que precisa apenas de um abraço, de uma mão acolhedora e um caminho para ser trilhado. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente Cecchim. Secretário Léo Voigt; também Cátia, pelo belíssimo trabalho que vocês estão fazendo. Este é um momento, secretário Léo, de mistura de questionamento com ideias, ou seja, eu não tenho conhecimento profundo, mas sempre me pergunto na rua: por que essas pessoas estão aqui? Pode tirar? Não, à força, não. Portanto tem que ter a capacidade de persuasão e convencimento através de um belo projeto como o que vocês estão realizando. Agora, fica outra pergunta que é a seguinte: vocês têm uma triagem? Essas pessoas vêm de onde? Vieram para Porto Alegre de onde? Do interior, do Nordeste, do Sudeste, do Centro-Oeste? É muito importante para que tu possas... Como disse a Ver.^a Nádia, tenho certeza de que a maioria dos vereadores não quer escorraçar de Porto Alegre, mas a gente quer dar uma condição melhor, seja aqui ou na sua cidade – para isso existe passagem de ônibus. Uma pessoa pode estar em Porto Alegre e não ter dinheiro para voltar, por exemplo, para a minha terra, São Borja, à 600 quilômetros, a passagem deve custar duzentos e poucos reais, essa pessoa não vai ter, mas lá está a sua família, e ele quer, muitas vezes, voltar, pois lá tem o amparo e até condições de arrumar um emprego. A capital inchou, é a nossa capital, é a ressonância, sem dúvida, mas aqui estão os problemas mais acentuados, de toda a natureza, de segurança, de geração de emprego, de renda; a crise é mundial. Então eu pergunto dessa triagem, secretário Léo, em todos os aspectos: se tem família, onde vive. Eu tenho visto ultimamente na cidade algumas casas com madeira se construindo em alguns locais, mas vi também o setor de recolhimento lá conversando, dando todas as instruções, tentando buscar alternativas para resolver essas questões. Eu acho que isso é muito importante, é muito difícil convencer essas pessoas que estão à margem de tudo, da saúde, do trabalho, da educação, às vezes até incriminados erroneamente, achando que eles estão ali porque querem; não, Ver. Jonas, eles estão ali por necessidade do momento. Mas eu tenho certeza – e me parece que foi isso que o secretário colocou aqui – que vamos em busca dessas pessoas, ver o que elas precisam, se é saúde, se geração de emprego. Por que não fazer equipes de trabalho, muitas vezes, aproveitando esse pessoal? Ter ações na cidade que eles possam fazer, criando autoestima, aquela capacidade de reverter a situação difícil. Eu acho que tem condições de nós criarmos alternativas. Gostei muito das palavras, é a sociedade que vai decidir, somos nós, são vocês, é toda a sociedade buscando alternativa. Essas pessoas não estão lá porque querem, estão lá por necessidade, às vezes por um desemparo da família. A gente que é do interior sabe, muitas vezes a família está na capital, e ela pede que venham para arrumar emprego. Chega aqui a coisa dá errado, não conseguem arrumar emprego e arrumam um puxadinho no pátio; em seguida, dá uma briga da família: “Olha, não era isso o que nós queríamos, não deu certo”. Então, essas questões, esse tato, essa sensibilidade é muito importante para a Prefeitura.

Eu tenho certeza – Voigt, te conheço muito, a Cátia estou conhecendo agora, mas o Léo já conheço há bastante tempo – que esse tato, essa sensibilidade, essa vontade de resolver é muito importante para chegarmos lá. Mas temos que ter uma triagem, saber quem está lá, com quem tratar, como tratar e para onde encaminhar e convencer. É a capacidade de persuasão do Município, de dizer: “Nós queremos ampará-los, diferente do que vocês estão fazendo aqui”. É nesse sentido que eu conto com vocês, tenho certeza de que vocês vão fazer um belo trabalho, já estão fazendo, e tem o nosso apoio aqui da Câmara. Um abraço a todos, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Ver. Idenir Cecchim; secretário Léo; presidente da FASC, Cátia; gestores que aqui acompanham, queria dizer que vocês dois têm feito um grande trabalho na assistência social e nós vimos isso no inverno. No inverno, a nossa cidade tem, não sei seria orgulho, mas tem a tranquilidade de dormir tranquila, porque nenhuma das pessoas que moram nas ruas da nossa cidade foi a óbito pelo acolhimento que foi feito no Gigantinho, pelas pousadas que foram alugadas e pelo trabalho incansável do pessoal, dos funcionários da FASC, toda a estrutura da assistência. Foi feito e nós não tivemos nenhum óbito de morador de rua.

O questionamento que eu faço é: tem pessoas que, em função de desemprego, de questões econômicas, foram retiradas de suas casas e, com certeza, esse programa será algo maravilhoso na vida delas, mas nós discutimos muito, aqui nesta Casa, a questão da internação compulsória. Nós sabemos que tem pessoas que ali estão, Ver. Idenir Cecchim, que não têm condições de decidir sobre a sua vida, pessoas que perderam o sentido de vida, pode-se dizer assim. Tem pessoas que foram morar na rua, isso a gente vê cada vez mais na cidade de Porto Alegre, porque perderam seu trabalho, os aluguéis estão muito altos e por uma série de coisas. Agora, tem pessoas que vivem na rua, pessoas que a cidade conhece por ser morador de rua há décadas. Eu trabalho no Centro há mais de 35 anos; tem pessoas que são conhecidas já da população de Porto Alegre. Então, um dos questionamentos que nós temos é se esse grande trabalho que a FASC e a secretaria vêm fazendo vai chegar nessa pessoa? Isso eu ouvi lá no Gigantinho, quando foi distribuído o café da manhã, as pessoas dizendo que não queriam só aquele sanduíche, que faziam três cafés da manhã no Centro de Porto Alegre. É notório que os moradores, principalmente no Centro de Porto Alegre, não morrem de fome. Esse conceito, se que vai ter, realmente, um acompanhamento não só da FASC, mas um acompanhamento psicológico muito grande com essas pessoas que têm uma cultura na sua vida. Não podemos negar que teve uma cultura na sua vida, não que as pessoas queiram morar na rua, não que as pessoas queiram viver de forma mulamba, mas as pessoas adquiriram essa cultura por uma trajetória de vida, muitas até

tiveram algum problema muito sério na sua vida que, psicologicamente, os fez ir para a rua. Isso é notório também. Então, nós queremos dizer que esse projeto é um projeto da cidade, é um projeto de toda população que se incomoda, Ver. Idenir Cecchim, quando vê numa praça, quando vê embaixo de uma marquise... Tem relatos de que, quando vão abrir empresas, os moradores de rua vêm, arrumam tudo direitinho e voltam no seu horário pré-determinado, já acordado com a empresa, mas também a gente vê outras questões muito sérias. Então, esse acolhimento pela sociedade civil, esse acolhimento pelas instituições, mas, principalmente, a expectativa de essas pessoas terem um emprego, a expectativa de essas pessoas terem a sua vida de volta, a sua dignidade de volta, pois temos certeza e convicção de que uma grande parte está ali porque algo muito sério aconteceu na sua vida, e essa expectativa de voltar ao rumo da sua vida, realmente, alegra a nossa cidade e alegra a todos nós, não na questão de ver os barracos, mas na questão de ver as pessoas terem novamente suas vidas de volta. Só queria agradecer a dedicação que vocês tiveram de trazer esse projeto para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos, Presidente Idenir Cecchim, quero agradecer ao Ver. Giovane Byl e à Ver.^a Tanise Sabino e gostaria de parabenizar a Prefeitura de Porto Alegre por esse projeto Ação Rua, em nome do Secretário de Desenvolvimento Social, Sr. Léo Voigt, e da Sra. Cátia Lara, Presidente da FASC; é uma bela iniciativa. Tive a oportunidade de ter acesso ao material que foi apresentado e fiquei maravilhado com a organização do trabalho pautado na ação que está sendo feita pelas áreas da assistência social, trabalho, saúde, educação, habitação, segurança, esporte, cultura e sociedade civil. Segundo informações da FASC, Porto Alegre tem hoje cerca de 2.500 pessoas vivendo em situação de rua. Sei que, somente no primeiro trimestre de 2021, foram realizadas cerca de 2.000 abordagens, sendo que 87% delas seguem com acompanhamento da equipe de abordagem. Realmente, é um trabalho maravilhoso. Quero deixar aqui os meus parabéns e dizer que eu já fiz muitos trabalhos de rua, tive algumas experiências de conversar com as pessoas, como, por exemplo, com um advogado que está na rua e não quer sair, porque teve uma desilusão familiar e foi para ruas, no meio das drogas, tem doenças que foram se acumulando ao longo do tempo. Situações como essa, há muitas outras que eu acompanhei, eu vi que tem pessoas que têm, realmente, a sua situação de vulnerabilidade social em função das condições financeiras, mas outras por causa de uma vulnerabilidade familiar: um problema que causou isso, um trauma na sua própria vida, um baque que a pessoa recebeu e que acabou caindo nas ruas, nas drogas. Durante aproximadamente três anos, eu fiz, com um grupo de voluntários, um trabalho nessa área, e a gente acabou vendo pessoas, músicos profissionais, por exemplo, que eu tive o

privilégio de conhecer, lamentavelmente, vivendo nessa situação. Algumas pessoas, claro, como disse muito bem o Ver. Claudio Janta, não têm condições de decidir sozinhas, pela própria situação em que vivem.

Quero deixar aqui a minha palavra de gratidão, diria assim, por esse trabalho voltado para essa classe que é sofrida sob todos os aspectos, pelo aspecto emocional, muitas delas. Eu lembro que um dia eu falei assim: “Mas você não teria vontade de sair?” E ele disse assim: “Para mim o mundo está em aberto e eu não tenho a menor vontade de voltar para dentro de casa e enfrentar tudo o que eu já enfrentei”, isso em função da sua situação. Então nós sabemos que não é um trabalho fácil, é um trabalho difícil, porque muitos não querem sair da rua. Eu já vi muita gente criticando, perguntando o que está sendo feito, dizendo que muita gente está lá e o poder público não faz nada, mas a gente sabe que muitas pessoas estão ali, escolheram aquele caminho, não porque gostariam, mas pelas condições em que estavam vivendo.

Quero deixar os meus parabéns por esse trabalho e que Deus abençoe a nossa cidade. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Cecchim. Eu queria fazer, primeiro, uma ponderação geral. Eu creio que esse problema social grave é, evidentemente, produto de uma política nacional, mas também tem implicações locais, e também é resultado de uma política local, onde nós temos a nossa área social bastante desassistida em Porto Alegre: o desmonte da FASC, a falta de concurso, a terceirização absurda que nós tivemos nesse setor, inclusive com o esquema de terceirizadas ligadas à corrupção. É uma herança do governo anterior, mas há muitos elementos, como nós sabemos, de continuidade entre o governo anterior e o atual. Eu creio que, do ponto de vista da política social, nós temos um elemento de continuidade com esse projeto neoliberal na cidade de Porto Alegre. A essa iniciativa, especificamente, a posição do PSOL, em primeiro lugar, é uma posição de respeito aos envolvidos, portanto é preciso fazer uma ampla consulta aos setores, aos trabalhadores que estão envolvidos. Eu sei que o movimento PopRua tem observações a este projeto, é muito importante escutá-lo, assim como os trabalhadores da própria Prefeitura. Evidentemente, a gente sempre tem o risco de ter projetos que sejam, de uma certa forma, de discriminação. Para isso, é preciso prestar muita atenção para podermos realmente fazer justiça, porque, até agora, a marca das políticas sociais, ao contrário do que têm dito muitos vereadores que me antecederam, é uma marca de abandono, não é uma marca de atendimento às necessidades básicas da população de Porto Alegre. Para mim, isso é uma questão tão óbvia que eu não preciso argumentar muito. Nós vimos, na pandemia, como o governo municipal não tem tido uma política social de assistência à população de rua.

Nós temos, secretário Voigt, uma pasta que tem a responsabilidade de tratar de toda a população imigrante da cidade de Porto Alegre, que chega, hoje, a cerca de 35 mil pessoas que vieram de outros países e que moram em Porto Alegre. Há uma política de assistência, há entidades que promovem uma série de atividades, atividades fundamentais e elas têm tido uma dificuldade tremenda. Há casos específicos que eu tenho acompanhado, como o da Organização Social Sempre Mulher – OSC, que já fez um trabalho de assistência, um trabalho de colaboração com os imigrantes. Há um convênio acertado entre a Prefeitura e essa entidade, um convênio com parceria com o governo federal, e essa entidade, até hoje, não recebeu os recursos; a Prefeitura tem uma dívida, e a Prefeitura sabe que tem, de mais de R\$ 235 mil. Queria aproveitar a presença do secretário na Câmara, para reiterar que esse assunto seja resolvido. Eu, certamente, irei na secretaria, para que a gente possa, novamente, conversar. Eu já estive reunido com o prefeito Melo e com o secretário, e esse assunto ainda não foi resolvido. Então, queria aproveitar para fazer esse alerta da necessidade de pagar essa dívida com uma entidade que tem cumprido um papel tão importante em relação aos imigrantes.

Em relação ao projeto, é um projeto que foi muito bem apresentado, eu reconheço que foi muito bem apresentado agora na Câmara, mas a gente precisa escutar a sociedade civil, os setores organizados e os setores envolvidos nesse trabalho, para que a gente possa informar a nossa posição em relação ao tema. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Sr. Presidente Idenir Cecchim, colegas vereadores e vereadoras. Boa tarde, meu querido secretário Léo Voigt, querida Cátia Lara, nossa presidente da FASC, que faz um trabalho brilhante, fantástico junto à área de desenvolvimento social tão importante para a nossa cidade.

É um tema muito importante, e eu, como presidente da Associação Beneficente Amor ao Próximo - ABAP, que há 11 anos realiza esse trabalho de forma privada e social, junto com os nossos voluntários, sabemos e conhecemos cada um dos moradores de rua mais antigos, os conhecemos pelo nome. Conhecemos todas as dificuldades, porque não é só chegar à rua e entregar o alimento, o cobertor; é chegar à rua e conversar. Nós temos pessoas formadas na rua, temos pessoas que têm condições e que poderiam estar nas suas casas, nos seus lares, mas, infelizmente, pela droga, ou por outras questões, como bem disse o Ver. Hamilton, estão na rua, estão desassistidas. A pandemia, infelizmente, agravou muito esse quadro, porque famílias pobres, já com alguma vulnerabilidade social, acabaram ficando sem condições ao perderem seus empregos. Muitas delas acabaram indo às ruas, se separando de seus filhos, porque a gente não encontra, pelo menos, à noite, quando se faz essas entregas, eu não vejo

crianças na rua. Então, a gente tem um trabalho grande para que não tenhamos os pequenos, mas eles estão separados, muitas vezes, de suas famílias, e isso é muito triste.

Eu participei do grupo de trabalho na transição de gestão, eu era uma das encarregadas, em que a gente fez um trabalho grande, e apresentamos para o prefeito. Isso foi muito importante. O que a gente trazia naquele momento? A descentralização do Centro. Sabemos que muitos moradores de rua estão no Centro porque o acesso é fácil, porque há acesso aos bares que ajudam com alimentação, há os postos, e acabam se mantendo ali. E nós trabalhávamos por essa descentralização. Tínhamos, naquele momento, o grupo, mas nós sabíamos da falta de pousadas, de acolhimentos, os números eram grandes e nós não tínhamos isso. A maioria não tem lugar para tomar banho, lugar para se alimentar... A gente vê na frente da Ramiro, do Instituto Espírita Dias da Cruz, eles ficam ali, desde cedo, esperando para poderem tomar um banho, para poderem se alimentar, e nós precisamos mais do que isso. Os números cresceram por essa falta de emprego.

Hoje eu vejo um belíssimo trabalho realizado pela FASC nas abordagens, através desse projeto *Ação Rua*. Eu mesma pedi, por muitas vezes, que a nossa querida Cátia nos acolhesse e nos ajudasse com moradores que estavam em situações complicadas, e a equipe de abordagem se fez presente logo em seguida. Isto é muito importante, saber que, quando se precisa – o bom é que não se precise pedir –, a gente tenha as equipes para atender imediatamente esses casos. A saúde é fundamental estar com a FASC, com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, porque esses moradores precisam desse atendimento básico. Quando estamos na rua fazendo essas entregas, muitos pedem "Oh, tia, tu não tem um remédio para dor? Tu não tem isso?" Porque eles não têm. Já houve gente atropelada que atendemos, que estava com problemas de saúde, e muitos deles não têm. Nós precisamos, sabemos disso, e vi no projeto que há mais comunidades terapêuticas, isso é muito importante, porque o dependente químico fica 21 dias internado nos poucos leitos que temos e, quando ele sai desses 21 dias, ele não tem para onde ir; ele volta para casa, ele volta para o lar ou volta para a rua. E aí a gente volta à estaca zero. Portanto, precisamos dessas comunidades terapêuticas, precisamos ter para onde encaminhar, depois dos 21 dias do tratamento inicial, essas pessoas.

Ampliação de vagas na hospedagem social – eu fico muito feliz que nós estamos fazendo essa ampliação. O auxílio-moradia – nós sabemos que essas pessoas muitas vezes precisam só de um primeiro empurrão. Claro, que não são todos, mas há alguns desses que precisam só do primeiro empurrão para que possam seguir suas vidas. Reabrir o abrigo da Bom Jesus – ele é extremamente necessário e importante, mas nós precisamos de outros abrigos da Bom Jesus. Nós precisamos de outras casas como essa para acolher essas pessoas.

Nós temos um projeto de lei, inclusive está na Pauta de hoje para discussão, de minha autoria, que cria o programa de cadastro e apoio a casas de acolhimento à população LGBTQIAP+. Isso é muito importante para que possamos saber os formais e os informais que nós temos, e disponibilizar acolhimentos mais pontuais, pois muitos desses precisam do tratamento psicológico, do psiquiátrico em alguns casos, da

recolocação no mercado e das oportunidades. Muitos falam para seus pais que têm uma preferência sexual e são expulsos das suas casas. Nós precisamos acolher essas pessoas, precisamos que essas pessoas possam seguir suas vidas. A tua opção sexual não tem nada a ver com a tua qualidade, com a tua condição. Então, precisamos desse cadastro para trabalhar, juntos, isso.

São muitas as pautas relacionadas à política pública para o enfrentamento das pessoas em situação de rua. A campanha do Gigantinho nos mostrou isso, quando conseguimos mandar para casa um morador de rua. Isso não tem preço. Hoje ele está em São Gabriel, com sua família. Quantos outros nós temos na rua com essa mesma condição, muitas vezes precisando somente de uma passagem para voltar para casa? Contem com o nosso mandato. Parabéns pelo trabalho que vocês estão realizando nessa *Ação Rua*. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver^a Laura Sito está com a palavra.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, secretário Léo, presidenta Cátia. Primeiro, queria registrar o meu reconhecimento e respeito por esta vitória do secretário Léo, portanto, também, pelo tema que tratamos aqui, tão importante, tão significativo para o desenvolvimento social da cidade.

Quando ouvi a Ver^a Nádia, que foi secretária do Desenvolvimento Social, ao abrir a sua fala relembrando sua passagem, fico pensando que nós já tivemos uma secretária de Desenvolvimento Social que disse que os moradores de rua não deveriam ter roupas de cama, sofá, e sei lá mais o quê, para ficar na rua. Isso demonstra um desdém, na verdade, com a situação de alguém que está em profunda vulnerabilidade social. A mudança desse olhar é fundamental para que a gente possa alterar essa condição específica, a humanidade ao tratar é fundamental.

Eu considero, secretário e presidenta Cátia, que é um projeto muito meritório, mas algumas questões, para mim, não ficaram nítidas. A primeira, vejo ele como uma carta de intenções, com as metas - até falava antes com a Ver^a Bruna -, mas não ficam nítidas duas coisas que, para mim, são estratégicas. Primeiro, a dimensão do investimento que teremos nele, do que estamos falando, quanto de investimento, a dimensão do projeto. Isso para mim não ficou muito nítido. Tampouco ficou nítido para mim como isso se articula com a orientação geral do projeto de governo em relação à geração de emprego e renda, que é fundamental.

Eu visitei vários CREAS, fui em alguns espaços na cidade de Porto Alegre, durante esses meses de pandemia, e encontrei situações de pessoas que têm uma casa, mas que não têm trabalho, portanto não têm como pagar luz, pagar água, e é mais fácil, digamos assim, na condição de lutar pela sobrevivência, poder estar numa situação de rua e, quando possível, retornar à sua casa, porque a sua casa se tornou um lugar inóspito para ele habitar.

Temos uma série de situações que a pandemia proporcionou, que são altamente complexas, e, para mim, não ficou muito nítido como conseguiremos abordá-las. Falo isso a partir da compreensão de que, no Brasil, muitas vezes, o Estado serve para poucos e é omissivo sobre quem mais precisa e, muitas vezes, uma grande dimensão das pessoas que precisam do acesso a políticas públicas acabam ficando desassistidas. Essas múltiplas consequências são perversas, e a incapacidade de lidarmos, inclusive, de forma mais ampla com os diversos grupos que acabam sendo afetados por essa realidade. Aqui eu faria um parêntese muito significativo – falava com o secretário Léo antes do início da nossa sessão de hoje, sobre as crianças e os adolescentes. Hoje, nós temos por volta de 70 mil crianças em situação de rua no nosso País. Essas crianças sofrem com a fome, elas não têm acesso à educação, à saúde, além de estarem expostas a riscos de violência, enfim, riscos múltiplos. Infelizmente na nossa sociedade, por mais que tenhamos avançado, num grande período quando tivemos um *boom* de políticas sociais sobre a criminalização dessa situação, infelizmente vimos, na nossa cidade, uma normalização dessas cenas e que elas se reproduzem em diversos espaços da nossa cidade. Nós não podemos perder, de forma alguma, a capacidade de nos indignarmos com essa realidade que encontramos a cada sinaleira, a cada canto da nossa cidade, tampouco podemos, enquanto vereadores e vereadoras, descansar sob uma realidade que agoniza e se amplia, inclusive, como um reflexo profundo da crise econômica e sanitária que vivenciamos no Brasil.

Hoje, falando em Porto Alegre, nós não conseguimos perceber de fato uma iniciativa da Prefeitura mais ativa nesse combate. Isso é muito significativo porque já estamos no mês de outubro de 2021. De fato, hoje, vemos as crianças numa situação de vulnerabilidade, muitas vezes, trabalhando em uma situação de rua, tem a ver com complemento econômico familiar, porque essas famílias acabam precisando colocar os seus filhos a trabalhar, ou compreendendo assim, para poder complementar a renda, tendo em vista que nós ainda passamos por um largo período em que essas crianças ou adolescentes não estavam podendo acessar os bancos escolares devido à crise da pandemia. E o poder público, portanto, precisa agir frente a esses problemas que crescem e que têm impactos muito substanciais no desenvolvimento social na nossa cidade. Basta percorrer as ruas que vemos que, entre 2019 e 2020, nós tivemos um aumento de 178% do trabalho infantil na nossa cidade, de crianças e adolescentes que foram abordados pela primeira vez. São muitas as crianças nas sinaleiras, são muitas as famílias pedindo comida. Inclusive, quando a gente trata desse tema, a gente entra numa seara muito grande que se relaciona com a diversidade de violências. Acredito que a cidade precisa ter programas que sejam multidisciplinares, em parceria com os conselhos tutelares, com a sociedade civil, e, sobretudo, nós precisamos de investimento para que tenhamos a dimensão do quanto esses programas conseguem de fato atingir, do quanto eles conseguem de fato reestruturar uma rede que hoje está desassistida e que passa por grandes fragilidades. Nós estamos falando aqui da população em situação de rua, mas já tratamos nesta Casa sobre a violência em relação às mulheres, estamos tratando do tema do trabalho infantil entre tantos outros temas que são significativos e muito profundos, porque estruturam socialmente a nossa cidade. Portanto, secretário,

deixo essas duas questões tanto em relação ao investimento, para ter uma dimensão do projeto, quanto às formas como ele pensa em se relacionar de forma estratégica com a geração de emprego e renda para que possamos, enfim, ter um caminho de retomada da cidadania e autonomia dessa população.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que nos ouve, nos assiste sempre e nos dá a honra da sua luta para que essa cidade avance, secretário Léo, presidente Cátia, demais autoridades presentes; quero, primeiramente, lembrar aqui, uma vez eu li, que tinha um faraó no Egito antigo que queria construir uma pirâmide - mais uma, existiam várias, cada faraó tinha a sua, todo mundo conhece a história. Era uma época de muita seca no Nilo, a reserva de cereais era baixa, e o faraó disse para dobrar o trabalho dos servos - vocês sabem disso, havia muito servos - : "Dobrem o trabalho, nós precisamos da pirâmide." Como fazê-lo? Como fazer políticas públicas se temos pouco RH? Houve um desmonte no governo anterior e nos outros também, da assistência, cada vez menos servidores de carreira, cada vez menos pessoas que se dedicam à assistência social nesta cidade, e eu tive que ouvir aqui anteriormente a vice-líder do governo falando que "temos que fazer", quando ela muitas vezes teve espaço para fazê-lo e não fez porque não entende essa pauta como necessária. E agora vem aqui - e eu considero um desrespeito a sua vinda nesta tribuna - elogiar o secretário, elogiar a política. Acho um desrespeito, porque a senhora esteve lá e não fez, a senhora esteve lá como faraó, a senhora esteve lá e não olhou para quem precisava e dizia: "Na calçada, não quero sofá, não quero cadeira para tirar o direito do outro de ir e vir." Quando a gente é ator público, a gente tem que fazer o dever de casa, e eu quero aqui trazer algumas perguntas ao nobre secretário. O PopRua, a gente sabe que termina em dezembro, um programa estadual que atende 300 pessoas. Como está essa relação com a secretaria estadual, essa demanda vai ser absorvida se não for continuada, o que vai acontecer? Porque são 300 pessoas que são atendidas em várias dimensões, então muito nos preocupa essa questão. Os auxílios-moradia, a gente sabe que hoje são cerca de 730, mais ou menos, em dezembro também, teoricamente encerra. Vai haver continuidade? A outra questão, os *vouchers* de pousada, a gente sabe da necessidade, também gostaria de saber até quando e qual é a previsão orçamentária. A outra questão à qual quero me ater bastante é a questão da insegurança alimentar: eu acho salutar, sim, a entrega de cestas básicas, acho que muitas famílias não conseguem emprego, a cidade não gera. Nós temos 15 milhões de desempregados no Brasil, e isso é uma coisa que o governo federal tem que atacar, mas também arrebenta no Município, também arrebenta na gente, nesta Casa. Então como a gente vai dar conta de verdade, de garantir que as pessoas tenham três refeições, porque muitas vezes a Prefeitura pode entregar uma cesta básica, como está entregando, e a pessoa não tem gás. Agora há pouco recebi uma

mensagem, e a pessoa disse: "Jonas, cheguei para comprar o gás, R\$ 120,00. Não tenho." Aí, não come, não cozinha. Então tem uma problemática que nos acomete, que é orçamentária: quanto o governo vai destinar a mais, uma vez que nós temos um problema social maior do que era no ano passado? Ele é maior e ele é mais robusto, porque a crise econômica não para por aí, e ela nos assola, nós, como Município, vamos sofrer mais e mais. Então são perguntas que trago aqui para que a gente possa dialogar. Outra questão é que nós estamos hoje com pelo menos 100 funcionários a menos na FASC do que tínhamos há quatro anos. Há uma previsão de psicólogos, educadores sociais, assistentes sociais, cargos administrativos também, de concurso, isso está sendo previsto no orçamento para o ano que vem? Porque o SUAS preconiza a gestão pública, então nós não teremos como fazer gestão pública com um RH reduzido, não vai ter nem como fazer a fiscalização das contratualizações. Poderemos até tê-las, podem até, na intenção, colocar daqui pelo programa a ampliação, mas aí tu não tens a fiscalização, e sem fiscalização não tem como fazer política pública, porque é uma coisa muito séria o dinheiro do povo, e a gente precisa estar olhando como entra, como sai, como é aplicado, tem uma série de visitas periódicas que devem ser feitas. E, nesta Casa aqui, vocês sabem, são conhecedores disso, também sou porque conheço um pouco da assistência, uma vez sendo professor há mais de dez anos neste Município, a gente tem muita relação, há muitos pedidos de informações e pedidos providências. Ampliou-se isso, a presidente Cátia sabe disso, e isso gera uma demanda também no RH, para que se possa responder, para que se possa constituir o debate. Então a minha posição aqui é para que, de fato, a gente tenha políticas robustas de Estado, Ver.^a Daiana, conversávamos anteriormente, e não de governo. Eu acho que a experiência de vocês contribui para isso. Eu sou parceiro para que isso avance na cidade, mas um mínimo pacto é fundamental: que seu aporte recursal amplie, porque se não ampliar, nós vamos de novo estar puxando o tapete curto, e aí vai ser difícil de implementar esse coletivo de intenções que eu não considero ruins, considero positivas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Senhoras e senhores, boa tarde a todos, Presidente Márcio Bins Ely; cumprimento especial aos colegas vereadores, ao nosso secretário de desenvolvimento social Léo Voigt e à nossa Cátia Lara Martins, presidente da FASC. Fiz breves anotações aqui. Secretário Léo Voigt, como um de seus projetos superou a questão das crianças em situação de rua, quero também parabenizar a presidente Cátia Lara, profunda conhecedora do Sistema Único de Assistência Social, que inclusive já foi presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, possui notório saber no qual necessita de um gestor para estar à

frente dessa pasta importante. Ambos os nomes, Léo e Cátia, são indispensáveis para colocar em prática o plano de enfrentamento da situação de rua ora apresentado. Também um abraço muito especial para minha suplente Simone Paganini e à Letícia, do jurídico da FASC. A FASC faz um trabalho muito bacana - seus assistentes sociais, pessoal do jurídico, seus psicólogos - não só com os moradores de rua, mas com as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Já participamos de algumas audiências públicas ali na Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, a Ver.^a Daiana, a Ver.^a Laura Sito, o Ver. Matheus Gomes, enfim, o pessoal da oposição, o Ver. Kaká, o pessoal da nossa comissão, muitas vezes convidados participaram de vários assuntos importantes, e duas ou três vezes já conversamos sobre a situação dos moradores de rua. A Ver.^a Cláudia Araújo colocou bem que os moradores de rua procuram o centro da cidade, mas não é só o centro da nossa cidade, os moradores de rua em geral procuram os respectivos centros das cidades, das capitais, porque ali é que está o desenvolvimento urbano, ali está o movimento. A gente sabe que a FASC faz um trabalho incansável de convencimento, um trabalho de assistência social, mas muitos desses moradores de rua, muitas vezes, nem são da nossa cidade, como falou bem aí o Ver. Cassiá. Trabalhando numa audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, nós fomos surpreendidos pelos números, que muitos moradores de rua são egressos do sistema penitenciário. Então o trabalho que a FASC realiza é um trabalho pluridisciplinar, multidisciplinar, é um trabalho complexo, é um trabalho realizado com muito carinho, com muito amor. Seguidamente recebemos questionamentos e não podemos resolver todas as situações de uma vez só. Já quero adiantar aqui que, assim que forem disponibilizadas as emendas para os vereadores, vou disponibilizar recursos para a FASC, assim como para outras entidades. Tenho certeza de que a FASC na mão do Léo Voigt e da Cátia Lara, que fazem um trabalho incrível para a nossa cidade, um trabalho surpreendente, muito importante... E nós sabemos que muitas vezes a cidade não tem mãos para estar em todos os lugares ao mesmo tempo. O Ver. Matheus Gomes, que trabalhou comigo na Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, trouxe a questão dos moradores de rua - estava presente também o Ministério Público Federal -, e sabemos que é uma situação muito complexa. A própria Guarda Municipal foi convidada a participar, também a Brigada Militar, mas a situação dos moradores de rua é *sui generis*, são pessoas, como falou o Ver. Cassiá, que vêm de outras cidades também. Nós temos que continuar debatendo esse assunto, trabalhando dia a dia para que possamos amenizar a questão dos moradores de rua da nossa cidade. Muitas vezes, por mais que sejam oferecidas condições, casa, albergagem, eles não querem sair das ruas. Como falou outro vereador que um sofreu uma desilusão amorosa; outro, um drama familiar; outro está com uma doença incurável; outro entende como uma filosofia de vida, e não querem sair da rua.

O problema do morador de rua não vai acabar, vai ser enfrentado dia a dia, é como se fosse enxugar gelo. Muitos vão voltar para a rua. Nós temos que trabalhar todos os dias para atenuar a situação dos moradores de rua. À noite, por exemplo, nós, que andamos nas ruas da nossa cidade, somos abordados muitas vezes por moradores de

rua que querem entregar, vender jornal, mas, por mais que a gente ajude, se parar em dez esquinas da cidade, dez sinaleiras da cidade, vai ter alguém pedindo dinheiro. É uma situação complexa, que tem que ser tratada com muito carinho, com muita humildade, com persistência, não só pelo Poder Executivo, mas pela nossa Câmara de Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde a todas e todos, cumprimento, especialmente, o Presidente Márcio Bins Ely, o secretário Léo Voigt, a Cátia Lara, presidente da FASC; vamos ao debate desse tema que é estratégico para a nossa cidade.

Eu fico feliz em ver a secretaria apresentando esse debate para nós, como um elemento de prioridade. Acho que o prefeito Sebastião Melo também deve encarar esse tema dessa forma, não só no discurso, obviamente, mas com ações práticas. Nós temos feito vários debates, até o momento, e apontando que as medidas de assistência social, as políticas públicas para a população em situação de pobreza e de extrema pobreza, na cidade de Porto Alegre, neste ano de 2021, ainda foram muito tímidas ante a urgência do debate.

Há duas semanas, nós estivemos na Prefeitura fazendo essa discussão sobre o tema da distribuição de cestas básicas, que é muito importante – o Ver. Pedro Ruas foi o proponente dessa agenda – e temos uma série de debates para aprofundar nesse âmbito também. Estão aqui no plenário, neste momento, assinando um protocolo para solicitação de agenda, as representações da Cozinha Solidária do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST. São as ações da sociedade civil que acontecem e se desenvolvem também com muita intensidade, porque a situação da nossa cidade exige isso. Nós temos hoje mais de 160 mil pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza na cidade de Porto Alegre, principalmente, em situação de pobreza. A partir dessa discussão, é que a gente deve orientar as nossas ações.

Sobre o projeto apresentado, secretário, queria estabelecer uma primeira discussão referente aos dados da pesquisa, porque há toda uma discussão com os trabalhadores da ponta. A gente fez um intenso diálogo, nos últimos dias, com representações do Centro POP, representações do Conselho Municipal de Assistência Social, e há um questionamento sobre os dados que embasam o projeto. Eu acho esse tema muito importante. Antes de iniciar essa legislatura, tive oportunidade de trabalhar, nos últimos três anos, no IBGE, diariamente trabalhando com dados, recolhendo informações, averiguando a situação social da nossa cidade e Região Metropolitana, através da PNAD Contínua, uma pesquisa importantíssima, não acho menos importante o tratamento dessas informações. No início do ano, a FASC divulgou alguns dados, através da Zero Hora, que apontavam um crescimento de 38% da população em

situação de rua. A gente sabe que a atualização foi realizada, mas, mesmo assim, há um questionamento dos trabalhadores, dos gestores, principalmente do Centro POP sobre essas informações.

Conversávamos com o Roque, antes da audiência na semana passada, e ele apontava, como estimativa, dialogando com outros trabalhadores também, de, mais ou menos, 4 mil porto-alegrenses, pessoas em situação de rua na nossa cidade. É um tema que precisamos aprofundar, porque vai bater nas metas. É muito diferente a gente falar em redução da população em situação de rua em 50%, de mais de 4 mil pessoas ou de 2,5 mil, dá outra dimensão para a política. Sugestões vieram nessa discussão que devem ser levadas em conta também, por exemplo, a necessidade de a gente cruzar as informações dos Centros POP com os cadastros da FASC. Creio que é uma tecnologia que a Procempa, por exemplo, pode ter, e a nossa cidade já dispõe de outros meios, e isso seria importantíssimo para a gente levar adiante.

Outra questão é a necessidade de haver políticas públicas para as pessoas que estão numa situação de transição neste momento. Nós sugerimos, há alguns meses, um projeto de indicação, que foi aprovado aqui na Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul, para a criação de uma renda complementar na cidade de Porto Alegre, de R\$ 200,00 mensais para a população em situação de pobreza. Há outros projetos de renda básica complementar que estão tramitando aqui na Casa. Outros municípios da Região Metropolitana já têm, e nós precisamos de iniciativas nesse sentido, porque a política para a assistência social, neste momento de crise econômica, de situação de desemprego crônica no nosso País, há uma série de dificuldades para a recuperação econômica, que tem a ver com a política geral, de que nós somos críticos, que neste momento conduz o nosso País para um quadro cada vez mais difícil, de ampliação da pobreza e da desigualdade, que fazem de Porto Alegre hoje a segunda capital mais desigual do País, em termos de crescimento, que foi observado pelo Observatório das Metrôpoles. Precisamos de política para essa população que está numa situação de transição, que está indo fazer suas refeições na rua, mas que ainda tem um teto para morar, ou seja, daqui a pouco, poderá estar numa situação de rua; esse é um tema muito importante.

Queria abordar também a questão do investimento, como questão mesmo para a gente colocar neste debate. No Plano Plurianual, aprovado nesta Casa, e também na recente Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que está colocado ali, como investimento, garantido pela Prefeitura, não dá conta, ao nosso ver, da ampliação desse conjunto de políticas, não dá conta. Então, da parte da bancada da oposição – Ver. Pedro Ruas, tomo a liberdade porque sei que esse é um debate do nosso conjunto dos vereadores aqui –, nós vamos lutar na Lei Orçamentária Anual para que tenha o máximo possível de investimentos na política de assistência. Essa vai ser a nossa batalha. Agora, o que está colocado até o momento, proposto pelo Executivo, não dá conta.

Para concluir, não poderia deixar de falar duas questões rápidas. Nós fizemos duas audiências na Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, sobre os temas das remoções forçadas da população em situação de rua. Foi um problema que nós tivemos, ao longo dos últimos meses, inclusive gerou

uma ação da Defensoria Pública da União, exigindo que Porto Alegre cumpra os protocolos estabelecidos com a população em situação de rua. E isso é uma questão que nós devemos colocar aqui. Inclusive, os nossos maiores problemas não foram com a Guarda Municipal nem com a FASC; foi com a secretaria do Meio Ambiente, que estava aplicando sobre a população em situação de rua, numa lógica de higienização, simplesmente tirar aquelas pessoas daquele lugar, sem o amparo necessário, sem a garantia do atendimento contínuo. Então, é preciso um posicionamento sobre esse tema. Por fim, saúdo mais uma vez a luta pela consolidação da Cozinha Solidária do MTST, ali na Azenha. A presença do secretário Léo Voigt foi muito importante, do secretário André Machado também. E queremos que a Prefeitura de Porto Alegre se comprometa com a resolução, dialogada, dessa situação para consolidar mais uma iniciativa da sociedade civil no combate à pobreza na nossa cidade. Muito obrigado

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, colegas vereadores e vereadoras, todos que nos assistem, uma saudação especial a Sra. Cátia Lara, presidente da FASC, ao Sr. Léo Voigt, secretário do Desenvolvimento Social, sempre importante recebê-los aqui, e esse é um tema mais do que necessário, pertinente ao momento. Acho importante a vinda de vocês aqui para que a gente possa debater com a seriedade e a responsabilidade que o tema requer. Ouvindo, secretário, a sua explanação inicial, eu fiquei pensando em alguns pontos que eu acho que são bem relevantes. Mas, inicialmente, eu queria dizer o que me traz a esta tribuna, primeiramente, porque eu fui trabalhadora do Ação Rua. Fui educadora social por muito tempo, então, eu compreendo muito bem o que é estar na ponta e como o desenvolvimento de ações pensando em todas as instâncias, em todos os estágios, no passo a passo, é fundamental, porque isso vai incidir no resultado. Definitivamente, vai ser importante, a gente precisa olhar cada um dos pontos, cada uma das etapas. E, segundo, porque é algo que nós temos vivenciado agora, a vulnerabilidade, a vulnerabilização da população por conta do período socioeconômico. Algumas pessoas dizem que é a covid-19; outras discordam, mas a gente tem aí acentuada uma crise, e essa crise econômica impacta diretamente na qualidade de vida das pessoas.

Por que trago isso como um dado fundamental? Porque as pessoas que estão em situação de rua, neste atual momento, têm um perfil totalmente diferente. Isso é necessário, em outra oportunidade, nós já conversamos sobre isso, mas acho que é importante trazer isso ao plenário, porque a população em situação de rua, ela é múltipla. E agora a gente tem falado de famílias que não têm condições de pagar um aluguel, mesmo que esse aluguel seja em comunidades, onde o valor é, relativamente, baixo. Isso leva à condição da rua como moradia única neste momento, obviamente que essa população perpassa uma relação extrema da rede, precisa ter essa rede de atenção,

pensando em saúde integral, que é saúde física, saúde mental e tudo aquilo que se organiza em torno disso – é importante que a gente faça. Eu fiquei muito atenta ao plano, li e reli várias vezes, assim como olhei o que nós tínhamos anteriormente para poder ter um embasamento mais exato daquilo que está faltando, e uma das coisas que eu acho fundamentais são os prazos de execução de cada ação. Isso é fundamental, a gente precisa ter uma ideia. Se vai ter uma ampliação do Consultório na Rua, precisa ter prazo de execução de cada ação; se nós vamos ter a retomada do Abrigo Bom Jesus, que, na Zona Leste, é um dos espaços de garantia de direitos e de cuidados fundamental, lamentavelmente foi fechado e a gente sabe a lacuna gigantesca que ficou naquele espaço por conta disso, mas é importante a gente ter esse prazo. Assim como os prazos, também o valor de investimento, como vai ser efetuada a contratação, o RH, como vai ser feito isso? Será através das parceirizadas, vai ter um concurso, como isso vai se dar? Isso é fundamental para que a gente tenha no horizonte, de forma mais exata, e possa pensar, daí sim, nessa redução, que é algo que vai impactar significativamente, considerando algo que o Ver. Matheus, que me antecedeu, trouxe: não é exato este número da população em situação de rua, esse não é um número que a gente tenha com exatidão. Então nós precisamos nos aproximar mais da realidade, e aí vem o cadastramento, que eu acho importante, como nós vamos incidir nesse cadastramento via CRAS, como a gente vai estar fazendo para ter esse número mais exato – acho que isso é importante também. Trabalhar a redução de danos, a gente tem que olhar para isso, porque, ao mesmo tempo que tem perfis múltiplos, a gente precisa trabalhar nessa perspectiva da saúde com a redução de danos para impactar diretamente nos espaços, mas fundamentalmente precisamos falar da habitação, moradias populares. A gente precisa ter. É uma pena que o secretário André Machado não esteja aqui, seria fundamental ele estar participando aqui desse debate para falar sobre o que a gente tem de projetos para moradia, para habitação popular; olhar para este momento da situação de rua, olhar para as violências que se sucedem a partir do momento em que as pessoas ocupam e têm as ruas como única moradia é necessariamente falar da habitação. A gente tem que falar de geração de emprego e renda, a gente tem que falar de capacitação, a gente tem que falar da educação, mas para isso precisamos falar da habitação, inicialmente. Precisa, porque, caso contrário, a gente corre o risco de estar com ações paliativas, que são muito bem pensadas, secretário – eu li com muita atenção o plano, são ações muito bem pensadas –, mas esses detalhes são fundamentais para a execução e precisam estar ali. A gente precisa ter a ideia do período e do investimento. Eu vou trazer aqui para o senhor que eu vi no Plano Plurianual de 2023 a 2026 que tinha um investimento de R\$ 25 mil/ano; isso não impacta em absolutamente nada para essa redução que a gente tem visto aqui, para o que o senhor trouxe é necessário muito mais, a gente sabe disso. Para olhar para esse conjunto de situações que vulnerabilizam a população, que fazem com que o empobrecimento seja o tom, neste momento, em que a gente está falando da redução de danos da mesma maneira que estamos falando do impacto na segurança alimentar, é preciso ter uma ampliação e essas políticas têm, sim, que andar em conjunto.

Uma outra coisa que eu acho fundamental, inclusive foi a Ver.^a Cláudia que trouxe aqui, é sobre a violência sexual, a orientação sexual e a sexualidade das pessoas, o que impacta, sim, na condição da rua. Para isso a gente tem que olhar de uma forma específica, mesmo nos espaços que hoje já são existentes da abrigagem do Município. A gente tem que ter esse olhar específico, porque a gente não pode correr o risco de ainda potencializar essas violências colocando essas pessoas em risco em espaços onde nós deveríamos estar garantindo a segurança. Acho que são muitos os fatores, mas quero dizer que o projeto é meritório, dentro dessas pequenas avaliações, digo eu, que nós precisamos ter no horizonte, porque a gente sabe que se não tem investimento, definitivamente não vai desenvolver nada, e essas ações são necessárias para a cidade.

Quando a gente olha para Porto Alegre que está urbanizando determinadas áreas, Porto Alegre que está fazendo investimento na orla, Porto Alegre que está com uma série de investimentos em todos os espaços públicos, a gente tem que olhar para a população em situação de rua, porque isso é investimento em capital humano, isso é investir nas pessoas, isso é investir em uma cidade mais justa, mais digna, mais igualitária e menos violenta. É importante que nós olhemos para essas pessoas com as especificidades de cada uma; a gente não pode colocar todos no mesmo viés, porque essa população é múltipla, é diversa e merece respeito, mas, acima de tudo, tem que ter política pública efetiva. Eu finalizo falando isso, porque o vereador anterior ao Ver. Matheus falou: “Nós precisamos de afeto, nós precisamos de um abraço, nós precisamos da mão.” Não! Nós política pública efetiva e que dê resultado.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, secretário, presidente da FASC, me inscrevo para falar, neste momento, porque tenho acompanhado o tema através da Malucos do Bem nas últimas décadas, da questão das pessoas em situação de rua, nos trabalhos realizados através dos movimentos que a gente faz parte no Centro de Porto Alegre, também de forma descentralizada, e mais tarde, por óbvio, quando chegamos à Câmara a gente tem acompanhado o esforço que às vezes as pessoas julgam ser fácil. As pessoas não compreendem que às vezes, na verdade, a gente se sente enxugando gelo. Então, eu quero, em primeiro lugar, saudar aquele profissional, na ponta, que faz a abordagem, quero saudar o trabalho realizado nos últimos anos, quero saudar aqui todo esse esforço que tem sido feito, mas eu também tenho que rebater algumas críticas que são feitas em cima das pessoas - de pessoas que não têm conhecimento do tamanho do problema e do tamanho da dedicação seja dos funcionários do quadro -, seja dos funcionários que são cargos de confiança e também daquelas pessoas que são parceiros. A gente viu, por exemplo, no governo Marchezan, um esforço, através da parceria com a Associação São Carlos, os CAPS AD IV, para pelo menos atender e acolher o público que tem problema de dependência

química – um problema de saúde. A gente acompanhou também na gestão anterior a questão do Gigantinho, na época, inclusive a nossa colega Comandante Nádia foi secretária do Desenvolvimento Social, o Solimar Amaro estava na FASC, e a gente não entende justa a reivindicação, inclusive nas falas que antecederam o comparecimento do secretário Léo Voigt – e parabeno seu esforço e de sua equipe. Há uma partidarização e uma doença ideológica das pautas da cidade, como se alguns partidos não pudessem lutar pela diversidade sexual, como se alguns partidos ou alguns governos não pudessem pelear pelo desenvolvimento social. Não concordo com a representante que antecedeu aqui o Comparecimento, que disse que, no governo estadual, não há trabalho de política pública na diversidade sexual! Parece que é um discurso político-partidário, eleitoral; não concordo que o governo atual, o governo Melo, não tenha trabalho na diversidade sexual, tem uma moça, a Camila, dedicada à pauta da diversidade sexual, que também é pauta do morador de rua, que também é pauta do desenvolvimento social da cidade. Também não concordo que no governo estadual anterior, o governo Sartori, não tinha esforço na diversidade sexual; tinha, e muito, talvez as pessoas tenham que conhecer mais as dificuldades.

Nós, vereadores, para encerrar, temos que fazer tudo para ajudar, seja financeiramente, seja por nossas emendas impositivas, dedicadas a atender o social, como vários colegas fazem, diariamente, há muitos anos. Então, saúdo a iniciativa, saúdo o projeto, e o que cabe a nós, da bancada do PSDB, na verdade, é ajudar; o que cabe a nós, vereadores, é ajudar, porque, para criticar, existem filas e filas – muitas filas. Encerro dizendo ao Léo Voigt e à Cátia: “quem não vive para servir, não serve para viver”. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu estimado Presidente Márcio, já se conversou bastante nesta tarde sobre a apresentação das nossas políticas de assistência da Prefeitura, então serei breve. Quero deixar um abraço ao Léo Voigt e à Cátia Lara, e cumprimentá-los pela exposição e pelo programa que estão nos trazendo na tarde de hoje, que é bastante importante para nossa cidade. Contem conosco, e vamos estar juntos nessa jornada, favoráveis, obviamente, a qualquer proposta que chegue na Câmara nesse sentido. Um abraço e obrigado pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente, colegas, pessoas que nos assistem; quero cumprimentar o secretário Léo, a presidente da FASC, Cátia, e aproveitando, ao cumprimentá-los, eu quero elogiar o trabalho supercomprometido e dedicado dessa dupla à frente de uma área que cada vez mais nos preocupa, visto que estamos pós-pandemia e tem aumentado muito o número pessoas em situação de rua, incluindo cidadãos que entraram para essa condição porque perderam tudo. Penso que muito tem que ser feito para auxiliar a reintegração dessas pessoas na sociedade, e também penso que é muito importante que os cidadãos porto-alegrenses saibam dos planos e projetos do governo para as pessoas nessa situação.

Eu gostaria de fazer algumas colocações – eu anotei, para não me passar no tempo. É sabido que todos os porto-alegrenses têm o desejo de que essa população de rua esteja atendida nas redes socioassistenciais de forma a retomar a sua dignidade. Claro que nós sabemos que referente à condição de viver na rua não é apenas retirar as pessoas e colocá-las num abrigo. O município de Porto Alegre vive, na minha opinião, no limite quando se fala em moradores de rua, em completa miséria. Nós vemos casas abandonadas sendo ocupadas por moradores de rua, eu mesmo tenho aqui três demandas para atender nessa questão, marquises da cidade, o Arroio Dilúvio, enfim, há um colapso nessa situação, no sistema. Não há abrigos que consigam acolher essas pessoas, inclusive essa não é uma solução para isso, na minha opinião, pois a política pública precisa ser multidisciplinar. Nós precisamos que o projeto Ação de Rua tenha como ofertar uma possibilidade de que os moradores de rua, muitos deles possam voltar para o seu território de origem. Então, eu queria aqui cumprimentar pela ampliação dos Centros POPs, que hoje nós temos três e no futuro teremos sete, muito bom, chega em boa hora. Eu estava vendo aqui que o consultório de rua de três, vamos ter nove; vagas de auxílio-moradia de 450 passa para 650; vagas de hospedagem social de 60 para 350. Mas eu gostaria de saber: esse plano é para quando? Efetivamente, isso ainda acontece este ano? Ele também oferece, ele apresenta uma operação conjunta entre saúde, assistência social e moradia? São algumas questões que eu gostaria de saber, se o plano... O plano é excelente, mas ele é para este momento? Então eu também queria compartilhar, secretário e presidente, que entrei com um projeto, apresentei numa reunião em os senhores estavam com o prefeito Melo, aquele projeto que prevê a colocação de moradores de rua, através de contratações de empresas, por licitações, que vão prestar serviços. E, na época, eu manifestei para que essas empresas reservassem um espaço de 2% para pessoas em situação de rua, e o prefeito gostou tanto que sugeri que fossem 3%. Eu acho que essa seria uma política importante, uma política pública, porque nós precisamos pensar no encaminhamento dessas pessoas após pandemia, para que elas consigam resgatar a sua autoestima e consigam vencer esse problema todo que algumas, não digo todas, mas muitas tiveram. Então, foi protocolado um projeto de lei que determina 3% das vagas de empresas que venceram licitação para prestação de serviço ou obras na capital, que seja destinado a esses moradores de rua. Obrigada, mais uma vez, parabéns a essa dupla que está no comando de uma área tão importante. Se possível, gostaria de saber dos dois questionamentos. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, Presidente, colegas, secretário Léo e Cátia, presidente da FASC. É com muito prazer que eu retorno aos trabalhos depois de uma licença de saúde, a intensidade que a gente encara a luta, às vezes, faz a gente parar um pouquinho para se recompor. Então, retomando os trabalhos, é muito importante, secretário Léo, a tua presença aqui na Câmara de Vereadores. Durante muito tempo, nós não tivemos a presença de um secretário dessa magnitude em outras legislaturas, e essa presença se faz muito necessária neste atual cenário. Nós vivemos uma pandemia que colocou a cidade numa condição de extrema vulnerabilidade, e que coloca também a pasta que tu diriges numa condição central para toda e qualquer retomada saudável do desenvolvimento da cidade. Então te receber aqui é não só um prazer, mas uma obrigação de um Executivo que encara a pauta social com responsabilidade. Saúdo a tua presença e da presidenta Cátia.

Quero falar sobre o projeto que tu trazes e fazer algumas ponderações, porque acredito que a situação, o quadro atual dos moradores e residentes de rua, neste contexto, mudou bastante o perfil. Eu acompanhei, fui presidenta da UAMPA de 2011 a 2016, e o perfil do morador de rua era completamente diferente do atual perfil do morador e da moradora de rua, porque antigamente o perfil estava associado à questão da depressão, da drogadição e uma série de questões acompanhadas da necessidade do acompanhamento da saúde. Hoje, secretário, nós vivemos uma situação em que agrava a realidade de quem vai às ruas, porque o perfil de quem mora na rua hoje também é acentuado pela crise econômica, pela falta da condição de mulheres chefes de família de pagar o aluguel, secretário. As consequências do fechamento da escola, sem a distribuição das merendas também acentua e agrava essa situação, porque essas crianças que hoje ocupam as ruas são acompanhadas das suas mães, e o que reforça e prejudica ainda mais a realidade dessas famílias é o aumento das taxas de desemprego. Então esse perfil do morador e da moradora de rua se modificou com a pandemia. E aí eu trago alguns questionamentos, levando em consideração os dados apresentados no projeto. Qual é o tempo que avaliam esses números? Esses números estão atualizados a partir da pandemia? Ou essa realidade é a realidade anterior à pandemia? Eu tendo a achar, secretário, que, a partir dos relatos do acompanhamento dos trabalhadores e das trabalhadoras, esses dados estão desatualizados, e isso faz com que se tenha uma prejudicialidade na execução de um projeto dessa magnitude. É importante que a gente leve em consideração o período histórico em que se avalia um projeto, porque, se nós tivermos com a realidade anterior à pandemia, ele está desatualizado – os números precisam ser maiores. Eu não vi aqui algo que eu acho fundamental e de extrema importância, que é a presença das mulheres. As mulheres também se encontram em situação de vulnerabilidade e de rua, acompanhadas dos seus filhos. Nós fizemos aqui uma emenda ao PPA, secretário, que garante orçamento para que as abrigagens também levem em consideração as mulheres com crianças, porque esse é um dos problemas grandes hoje. Uma família que se encontra em vulnerabilidade, uma mãe solo que não

tem condições de pagar aluguel, ela hoje vai para a rua com os seus filhos. E muitas delas nós encontramos nas sinaleiras. É com muito desprazer que eu ouço a Ver.^a Nádia ocupando esta tribuna e falando como se a condição social dessas famílias fosse opcional; inclusive, vereadores falaram da filosofia de vida! Quem acompanha a realidade da cidade sabe que o agravamento da crise atingiu em cheio as famílias. Não é uma opção. Eu convidaria a vereadora a dormir na rua, no gelo, no frio, na garoa com seus filhos, sem cobertura necessária, com fome. Eu tenho certeza que a postura... Porque quando a gente se coloca ao lado de quem vive essa situação de vulnerabilidade, a nossa postura muda. Eu conheço a realidade dessas famílias e eu sei que muitas dessas mulheres que se encontram na situação de rua hoje não é por uma condição, secretário, opcional, é uma condição de extrema vulnerabilidade, e dialogar com essa realidade é fundamental. Por isso, secretário, acho que nós devemos, dentro desse projeto, também pensar como ampliar o diálogo com as mulheres em situação de vulnerabilidade, que vivem a situação da rua com os seus filhos, acompanhadas dos seus filhos, essas que não abandonaram seus filhos e que dormem debaixo da marquise abraçadas neles. É urgente! E queria também, secretário, falar da necessidade de se acompanhar a situação das crianças em situação de vulnerabilidade e das crianças em situação de rua que aumentou em 180% no último ano, e que é inadmissível para uma capital que tem como prioridade e que deveria ter como prioridade, aliás, teve ao longo de muitos anos, o acolhimento e a participação popular e social.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente, vereadores; secretário e presidente da FASC, a hipocrisia de alguns vereadores que chegam aqui para falar sobre morador de rua é algo assim incrível. Mas essa hipocrisia vai adiante, a fala é boa, a teoria é boa, a prática é zero. Quero saber o que fizeram, efetivamente, para o morador de rua. Nada! Nada! Aliás, fazem sim, fazem estimular cada vez mais que continuem na rua, porque é bom, são os seus votos que estão ali. Isso é bom! Isso é o partido do PT, do PC do B, não fazem nada! Quando secretária fui eu – e aqui falou bem o Ver. Moisés – quem estimulou a abertura do Gigantinho para os moradores de rua. Fui eu que descentralizou o restaurante popular que atendia poucas refeições só aqui no Centro, e esqueciam, secretário, que tinha gente com fome lá no Extremo-Sul, lá na Baltazar de Oliveira Garcia; os restaurantes descentralizados fui eu que fiz, sem custo algum para quem precisava, para quem tinha fome, aumentando o número de refeições. O que fizeram mesmo? Não me lembro. Falam bastante e fazem pouco. Além disso, enquanto secretária, eu sei que o senhor está continuando, oportunistei cursos profissionalizantes para essas pessoas que estão na rua, que querem estudar, querem ter profissão, são pessoas do bem. Além de curso profissionalizante, encaminhamos as pessoas para o trabalho, que hoje ainda são pessoas que me

encontram na rua e têm gratidão. Porque as pessoas querem dignidade. Dignidade não é estar na rua, vereadora. Dignidade não é ter sofá no meio da calçada. Isso não é dignidade. Aliás, isso vocês querem que aconteça. Não é digno uma pessoa comer no meio da rua. E eu tenho certeza que o secretário Léo Voigt e a presidente Cátia não querem isto: que as pessoas comam no meio da rua, que durmam no meio da rua. Por isso que não pode ter colchão na calçada! Tem que estimular essas pessoas para irem para o albergue, tem que estimular essas pessoas para irem para o auxílio social, para a moradia, porque tem bastante condição em Porto Alegre. Aumentamos, na minha época, o valor do aluguel da moradia social, porque era pouco, e a gente não estava conseguindo imóveis pelo valor. Fizemos uma captação de vários imóveis, demos trabalho para quem queria, contrapartida para quem queria pintar meio-fio, plantar florzinha, porque isto é bom para as pessoas, não faz mal para ninguém: trabalho! Aliás, tem vereador que não tem carteira assinada aqui; depois, eu quero ver. Parece que tem vereador que não tem carteira assinada, eu queria conhecer alguns, mas parece, não sei. Colocamos assistentes sociais e a saúde lá no restaurante popular, porque a pessoa não quer só comida, a pessoa quer mais. A pessoa não quer só encher a barriga, ela precisa de tratamento da saúde, ela precisa de encaminhamentos. É fácil dar comida e aí achar que tem um lugar no céu. Não é assim que funciona, vereadores. Internamos moradores de rua com tuberculose, drogaditos que queriam estar internados para melhorem a sua saúde. Quem fala aqui sobre morador de rua é quem conhece, podem ter certeza, porque, no dia em que fui no Gigantinho, secretário, tinham muitos que me reconheceram, que agradeceram tudo que nós fizemos. E mais ainda: compramos passagens para quem queria voltar para casa; fizemos a ligação de pessoas que tinham deixado as suas famílias no interior, e foram reconduzidas para lá. Agora, realmente, quem é fraco, quem não tem pauta tem que vir aqui falar que sabe tudo de morador de rua. Quem é fraco quer realmente que as pessoas continuem na rua, mas nós aqui, nós fazemos diferente. A gente ensina a pescar, porque dar o peixe é fácil para qualquer um. E tem muitos jovens aqui que se acham os donos do mundo, cresçam e apareçam. De hipocrisia, chega! Nós queremos efetivamente que as pessoas saiam da rua. Aliás, tem mais gente na rua, sabem por quê? Por essa gente que gosta do “fica em casa”, que quer o governo bancando tudo. O “fica em casa” acabou gente, bota a mão na massa e vai trabalhar que é bom. Aliás, pular catraca não é bonito; invadir plenário também não. Trabalhar é preciso, é urgente, Porto Alegre tem pressa de gente que quer ser melhor, fazer melhor, trabalhar e não ganhar tudo no meio da rua. A melhor parte da assistência social é o trabalho, e as pessoas querem trabalhar. Parabéns, secretário, que o senhor pensa assim, eu sei, e o senhor conhece os moradores de rua. Obrigada, gente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, membros desta Casa, eu acredito que a apresentação feita aqui pelo secretário Léo, pela presidente da FASC, a Cátia, gerou algum descontentamento de pessoas que, durante um tempo, no inverno, na cidade de Porto Alegre, botavam o Senhor do Gelo a passear na cidade, enquanto as pessoas, no inverno, estavam morrendo. Botavam lá. Da série Game of Thrones...

PRESIDENTE MÁRIO BINS ELY (PDT): Registramos a presença do Sr. Cristiano Roratto, vice-presidente da FASC. Convidamos o Sr. Cristiano a fazer parte da Mesa. Vereador, está garantido o seu tempo.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Agora, ficar dizendo que a apresentação de um projeto que foi feita aqui foi um *show* de clichês, ficar dizendo que não apresentou aqui os custos e nem os contratos, que não apresentou conceito...Crítica por crítica, eu acho que não é o que condiz com o que nós vimos aqui. O que nós vimos aqui é um projeto de governo que vai ter o acolhimento de várias secretarias, um guarda-chuva de várias secretarias, através da assistência social. Um guarda-chuva que vai ter da Secretaria da Saúde, um guarda-chuva que vai ter da Secretaria do Trabalho, de várias outras secretarias do nosso Município. Nada que se construa com trezentos pilas, nada que se construa rapidamente, coisas que são necessárias serem feitas com tempo. Agora, vir dizer que a secretaria apresentou um clichê, vir dizer que as pessoas estão reclamando, porque o Centro POP tem que ser revisto, porque as pessoas não os querem. O que é isso, gente? O que é isso? Decidem: ou querem as pessoas embaixo das marquises, ou querem as pessoas nas praças, embaixo dos viadutos, ou querem as pessoas em locais de acolhimento? Tem que decidir! Querer saber quem alugou, quem não alugou; isso aqui é um órgão público, a Prefeitura é um órgão público. Se alguém alugou algum espaço para colocar essas pessoas em vulnerabilidade, foi o governo. Se alguém alugou alguma coisa, foi a Prefeitura; não caiu do céu. Não caiu do céu. Do céu não caiu. Simplesmente foram feitos contratos com as pessoas que lá disponibilizavam um hotel, um motel, seja lá o que for, e que agora está acolhendo as pessoas. A eleição terminou, as pessoas têm que entender que nós não estamos no terceiro, no quarto ou no quinto turno. Terminou a eleição. Ou nós aproveitamos as coisas boas do governo passado, do outro governo, do governo anterior, ou nós fazemos a crítica por fazer a crítica. Eu sempre defendi aqui nesta tribuna: se é governo tem que fazer as críticas no governo, se é governo, tem que tentar encaminhar as questões do governo. Agora, não ficar só reclamando das coisas, não ficar só jogando para a torcida. A cidade necessita acolher essas pessoas. Onde nós vamos acolher essas pessoas? Nos espaços disponíveis. Cabe às comunidades se reintegrarem com essas pessoas. Ou tem alguma região de Porto Alegre que não pode receber um acolhimento desses, tendo lá o imóvel disponível, tendo lá o hotel, o motel, seja lá o que for, disponível para a assistência social de Porto Alegre acolher essas pessoas? Não vai acolher, porque a população não quer. O que a população quer? Ah, se é a Cidade Baixa, reclamam que o pessoal bebe na rua; se é não sei o quê, reclamam não sei o quê; se é na 24, reclamam...Pelo amor de

Deus, gente, vamos começar a respeitar principalmente as pessoas que estão em vulnerabilidade. Essas pessoas, por causa de uma crise econômica inimaginável neste País, onde a inflação já chegou ao segundo dígito, as pessoas, muitas vezes, perderam suas casas, muitas vezes, perderam a sua dignidade, perderam o seu emprego. E aí vir fazer pedidos para que a Prefeitura responda por que botou uma casa de acolhimento em tal bairro. Que nós possamos, Sr. Presidente, secretário Léo, tirar todas essas pessoas que estão na rua, tirar todas essas crianças que estão na sinaleira, essas mães grávidas que estão com os seus filhos, todos esses acampamentos instituídos na nossa cidade e que os bairros acolham essas pessoas. Os bairros, as ONGs, as instituições acolham essas pessoas. É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRIO BINS ELY (PDT): O Sr. Léo Voigt está com a palavra para as considerações finais.

SR. LÉO VOIGT: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acho que eu deva vir mais vezes a esta Casa, porque comentar em dez minutos as contribuições, as críticas, as sugestões e as observações não vai dar. Eu gostaria de valorizar a contribuição de cada um. Não houve nenhuma contribuição, nenhuma intervenção desprezível, foram todas importantes. Eu anotei todas. Rapidamente, eu queria dizer duas coisas. A primeira, o tema dos moradores de rua e da alta vulnerabilidade, ele deve ser um tema que nos una e não que nos divirja, não que nos cause enfrentamentos. Eu acho que esse deveria ser o ponto de união. Se, em torno desse tema, nós não tivermos união, aí a vaca foi para o brejo. Eu acho que nós deveríamos estar colaborando o tempo todo. Segundo, eu queria repercutir o que disseram a Ver.^a Mônica Leal e a Ver.^a Bruna, que chamaram atenção sobre o momento especial que nós estamos vivendo. Toda literatura, todos os analistas têm dito que essa crise que nós estamos atravessando, a crise macroeconômica, a crise política, a divisão nacional é a pior crise da história do Brasil. Nem a crise de 1929, secretário Cassio, foi tão danosa à sociedade brasileira como está sendo a atual crise macroeconômica. E fazer inclusão, num ambiente macroeconômico adverso, é muito mais difícil, é muito mais complexo, quiçá, em alguns momentos, em algumas circunstâncias é até inviável. Então, esse plano está desenhado, contando com a hipótese de que o Brasil volte a crescer, volte a expandir emprego e volte a incluir os mais vulneráveis, principalmente, no mundo do trabalho.

Rapidamente, quero comentar algumas das intervenções, as dos vereadores Cassiá e Nádia. Todo trabalho de abordagem dá origem a um plano feito com o morador de rua. Toda assistência social e toda assistência à saúde sentam e montam um plano com ele; portanto, a estratégia é personalizada e segundo as suas necessidades. Se precisa de saúde mental, é isso; se precisa de assistência, é isso; se precisa de passagem, é aquilo; se é um contato com a família de origem, é feito e é monitorado. Então, todo o trabalho, ele é personalizado e em cima de um plano de acompanhamento e

monitoramento. O nosso problema, Ver. Cassiá, não é a falta do plano e de conhecimento do morador de rua; o nosso problema é quando ele é resistente. Os que estão na rua hoje, eu afirmaria que quase todos são resistentes, porque todos foram alvo de uma abordagem nos últimos tempos, não só no nosso governo, mas no governo anterior, porque o sistema de abordagem de rua da cidade de Porto Alegre existe desde 2007. Ele atende à população adulta desde 2013, ou 2014. Aqueles que permanecem na rua, o problema é que eu ainda não consegui estabelecer com eles a empatia suficiente, a empatia necessária.

Sobre vagas de trabalho, que todo o mundo questiona. Neste momento, nós temos 300 famílias, 300 casais dentro do sistema de auxílio-moradia, a maioria deles aguardando emprego. A Cootravipa tem uma oferta bastante grande, volumosa de vagas. Já estamos fazendo a conexão entre aqueles que aguardam trabalho e têm esse perfil – o que não é regra, é exceção, é uma população de difícil proletarização – e a existência de vagas. A Cootravipa é parceira nisso.

O Ver. Janta fala que nós tivemos óbito zero. Além de óbito zero, nós tivemos a assistência social, todos os dias, atendendo durante a pandemia. Há dois serviços que não se virtualizaram durante a pandemia: a saúde e a assistência social. Portanto, o SUAS deve ser alvo do maior reconhecimento e respeito nosso.

Outra observação que os senhores fazem sobre a permanência nas ruas. As ruas trazem um ganho secundário ao morador de rua. Permanecer na rua, de alguma forma, tem alguma utilidade e instrumentalidade. Ela é danosa, mas ela existe. Normalmente, inclusive, significa auferir algum resultado econômico ao longo do dia, através da mendicância, ou através da prestação de algum tipo de serviço, como flanelinha ou coisa do tipo, catador e flanelinha.

O Ver. Sossmeier fala sobre os diferentes fatores que levam uma pessoa a ir para a rua. Nós estamos trabalhando exatamente com isso, a ideia de que a pessoa que vai para a rua se encontra – e aí nós usamos o conceito da antropologia social brasileira – numa situação de desordem: desordem pessoal, desordem afetiva, desordem familiar, desordem econômica. São essas diferentes desordens que levam a pessoa à circunstância de rua. Raramente é um único fator que expulsa alguém para viver nas ruas. O desemprego é um elemento necessário, mas não suficiente, porque muitos dos outros desempregados não foram para a situação de rua.

Para concluir, o valor do investimento. Aqui tem duas perguntas importantes. O valor do investimento: nós ainda não apresentamos o orçamento do programa, porque ele ainda está em construção, mas a nossa primeira aproximação aponta, vereadora, para R\$ 16 milhões em quatro anos. Já vou lhe adiantando que esse é o valor de partida, não é o valor que, ano que vem, eu apresentarei aqui nesta Câmara, porque essa cobertura vai expandir que nem uma sanfona, conforme a necessidade, e encolherá, se possível for, inclusive. O ponto de partida são R\$ 16 milhões, e é possível que isso, em breve, seja refeito, ainda estamos construindo. Tão logo esteja consolidado, nós vamos estar compartilhando.

Sobre a questão do trabalho, a crítica, vereadora, procede. Não está claro para a senhora e também não está claro para nós, essa política ainda está sendo

desenhada. O que já é definido é o programa PopRua, da Secretaria da Saúde, que está trabalhando oficinas de ocupação, renda e emprego. Houve duas profissionais da FASC cedidas para a Saúde, para trabalhar nesse projeto. No âmbito da saúde mental, existe sim o fortalecimento da política de retorno para o mundo produtivo e o mundo do trabalho, mas está muito aquém do tamanho da demanda e da necessidade. Não está claro nem para nós ainda essa política. E mais: essas soluções não são fáceis para o perfil dessa população, e aceitamos todas as contribuições que possam dar. Eu preciso dizer ainda que o movimento PopRua, foi o Ver. Robaina que falou, ele está organicamente, vereador, participando do plano. Ele foi consultado desde os primeiros desenhos da política, ele organicamente participa conosco do desenvolvimento deste projeto.

Outra questão que é polêmica são os dados de população de rua. Senhores e senhoras, a gente não erra muito nesse campo, a gente não tem um número atestado, auditado ainda, mas teremos em breve. Os números que nós estamos trabalhando são números bastante próximos da realidade. Muita gente estima quatro mil moradores de rua, o pessoal lá dos Cozinheiros do Bem fala em sete mil. Na realidade, toda a população de rua é abordada diariamente no território e está listada por nome e perfil. Nós temos o Excel em que estão os nomes de todos os moradores de rua. Nós temos algo em torno de 2.500, sendo que 1.000 estão acolhidos no sistema. Nós devemos ter hoje entre 1.000 e 1.500 pessoas em circunstância de rua, e a vacinação confirma esse número. Nós conseguimos pró-ativamente, com busca pró-ativa, vacinar 1.300 pessoas nas ruas de Porto Alegre. Então, o número não é superlativo, como muitos estimam, mas isso não é nenhum tipo de atenuante, porque as populações que estão na rua, esses 1.000, 1.200, 1.500 que estão na rua são pessoas resistentes, cronificadas, para quem as soluções são muito complexas. Para elas, a gente oferece um albergue, um abrigo, um aluguel social, e elas não aderem. Portanto, o processo de convencimento é muito mais longo.

Foi o que eu consegui, por ora, acompanhar, estou à disposição, reivindico voltar no futuro aqui para novos desdobramentos. Muito obrigado, obrigado pela atenção e paciência de todos.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, secretário Léo Voigt, cumprimentos pela sua apresentação do projeto, pela sua fala. A Câmara de Vereadores agradece a sua participação. Muito obrigado.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta Especial e Pauta. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Agradecemos a presença do Sr. Léo Voigt, secretário municipal de Desenvolvimento Social. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h25min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 17h26min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde a toda a audiência da TVCâmara; hoje tivemos a visita do nosso secretário Léo Voigt, mas uma vereadora veio aqui fazer proselitismo do passado, quando foi secretária. Eu tenho um dado objetivo sobre o período em que essa hoje vereadora foi secretária. Em 2019, ela devolveu da assistência social mais de R\$ 35 milhões, que tinham sido empenhados naquele período. Como nós podemos imaginar que, no nosso País, a assistência social devolva recursos num período em que o desemprego já era de mais de 13 milhões de brasileiros e brasileiras? Esse é o dado objetivo. Só para a gente ter uma noção, R\$ 35 milhões representam quase 240 mil cestas básicas no valor de R\$ 150,00. Foi assim que a nobre ex-secretária, que tanto proselitismo fez neste espaço, atuou quando era secretária do Município de Porto Alegre. Parabéns, Nádia! Parabéns, uma grande gestão, que ficou, em todo o País, conhecida pela frase que dizia que os mendigos não poderiam ficar na rua, porque, afinal de contas, atrapalhavam os *pets* que queriam transitar pelas calçadas e praças da nossa capital, ao melhor estilo Auschwitz. Poderíamos colocar, em algumas praças, “o trabalho liberta”, estaria bem de acordo com algumas lógicas higienistas que transitam por esse espaço. Também parabeno a nobre colega por ter votado contra a moção de repúdio do Ver. Delegado Cleiton contra a PEC nº 32. É brutal que tenhamos aqui, família brigadiana, servidores públicos, uma servidora votando contra uma nota de repúdio à PEC nº 32, ou seja, favorável à reforma administrativa que arrebenta o serviço público, arrebenta a família brigadiana, a Polícia Civil, os professores. Estão aí Bobadra, Jessé, servidores públicos votando, mais uma vez, contra servidores públicos. Votar contra uma moção de repúdio? Eu jamais poderia imaginar que isso aconteceria nesta Casa com esses profissionais. Depois, vão lá botar a farda para fazer campanha eleitoral, colocam “comandante” na frente de seu nome político, mas, na hora de defender os interesses da categoria, os interesses do trabalhador e da trabalhadora, votam contra.

Queria saudar também o MTST, que esteve presente nesta Casa hoje, nessa luta árdua, distribuindo alimento para as pessoas que passam fome, e que estão enfrentando este governo genocida, que quer retirá-los de um espaço que estava lá para especulação imobiliária. Eu espero que a Prefeitura, junto com o governo do Estado,

faça uma articulação e mantenha a Cozinha Solidária, muito importante para a população que passa dificuldades neste momento em que a crise econômica se aprofunda, em que o desemprego se aprofunda. E nós temos que ter políticas públicas, que nós não temos na nossa capital, ou se temos, não são capazes de absorver toda a demanda que nós temos neste momento, no nosso País.

E temos uma situação também muito interessante e triste, que é mais uma vez o governo Bolsonaro demonstrando o desprezo que ele tem pelas mulheres, o desprezo que ele tem pelas pessoas que mais precisam, cortando, vetando o acesso das meninas aos absorventes, e ainda faz piada disso. E nós temos uma ministra, a ministra Damares, que diz que está certo, que não tem recursos, mas para comprar leite condensado, picanha para as Forças Armadas, aí não tem problema. Para aumentar os gastos do cartão corporativo, aí tem dinheiro, mas para as meninas terem absorvente para estudar, porque não têm dinheiro e muitas vezes deixam de ir ao colégio, aí não tem recursos, aí faltam recursos. Esse é o modelo dos partidos da direita, que enchem a boca para falar aqui em moralidade, em anticorrupção, e são os maiores corruptos do nosso País, desprezam aqueles que mais precisam. Estamos juntos, trabalhadores e trabalhadoras. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA PSICOLÓGA TANISE SABINO (PTB): Boa tarde, quero saudar o nosso Presidente em exercício, Ver. Idenir Cecchim, saudar os demais colegas, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, saudar nossos colegas da bancada do PTB, Ver. Giovane Byl, Ver. Hamilton e o público que nos assiste. Eu venho a este plenário compartilhar que o governo municipal, no início deste mês, no dia 4 de outubro, publicou o Edital nº 077/2021, para concurso público, contratando cargos de arquiteto, técnico de enfermagem e psicólogo. Todos esses três cargos são importantes, tanto o arquiteto, o técnico de enfermagem e o psicólogo, mas, nesta tarde, eu queria falar sobre o cargo de psicólogo. Estamos, Sr. Presidente, felizes, por um lado, porque abriu concurso, mas a Prefeitura abriu vaga apenas para um cargo de psicólogo, claro, tem mais quatro cadastros reserva, mas, na prática, é um cargo de psicólogo. Sabemos que muitos profissionais da área de psicologia estão se aposentando, e, por outro lado, ter apenas mais um cargo para atender a toda essa demanda desta cidade realmente é um desafio. Estamos vivendo tempos de adoecimento mental, as pessoas estão cada vez mais ansiosas, depressivas, estressadas e isso tem se potencializado com esta pandemia. Sou uma grande defensora da saúde mental, e a saúde mental se faz com uma equipe de profissionais da saúde, uma equipe multiprofissional, com psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, entre outros cargos. Para fazer políticas públicas precisamos de mais psicólogos, mais psicólogos nas escolas e nos postos de saúde. Em janeiro, quando assumi como vereadora, a primeira coisa que eu fiz foi conversar com o nosso prefeito e

apresentar para ele a Lei Federal nº 13.935/2019, assinada pelo nosso Presidente nacional, Jair Bolsonaro, que diz, nessa lei, que as escolas devem ter psicólogos e assistentes sociais. A lei foi assinada em dezembro de 2019, e propõe um ano para organizar essa estrutura. Então esse um ano fechou em dezembro de 2020, e neste ano, agora, em janeiro de 2021, apresentei essa lei para o nosso prefeito Sebastião Melo, que ele já conhecia, e se dispôs a estarmos pensando e organizando a contratação de mais psicólogos.

Sabemos das limitações orçamentárias, entretanto torna-se fundamental mais psicólogos nas escolas para realização do diagnóstico e a implantação de programas na área da saúde mental; não só nas escolas, mas também nos CAPSs, nos postos de saúde, nós percebemos que é necessário ter mais psicólogos. Devemos lembrar que os problemas de uma cidade vão muito mais além do que um buraco na via, do que um problema numa praça, um problema de saneamento, enfim, todas essas questões são muito importantes, claro, são muito importantes, mas devemos também estar preocupados com a saúde física e emocional das pessoas. Quem é que cuida da saúde emocional das pessoas? Isso também é muito relevante. Outro exemplo também que eu quero registrar, foi a triste denúncia que saiu no jornal o Sul21, no dia 8 de outubro, de que pacientes da saúde mental estão deitados no chão e em cima de mesas, lá no Posto de Saúde Cruzeiro – isso é um verdadeiro absurdo, a gente precisa cuidar mais das pessoas. Eu sempre buscarei, como vereadora, como psicóloga, esse diálogo, esse alinhamento com o governo. Este é o meu propósito: a saúde mental.

Para finalizar, Presidente, eu quero lembrar que no dia de ontem, 10 de outubro, comemorou-se o Dia Mundial da Saúde Mental. Essas datas são importantes como forma de conscientização e de reflexão. Acredito ser um sinal de alerta para que possamos ter um olhar mais inclusivo para as pautas da saúde mental. Precisamos falar sobre saúde mental não só no mês de setembro, conhecido como Setembro Amarelo, o mês de prevenção ao suicídio, não só no mês de janeiro, conhecido como Janeiro Branco, mês de promoção à saúde mental, mas precisamos falar sobre essas pautas o ano inteiro, precisamos perceber isso e acolher as pessoas que mais necessitam, e isso se dá também através de empatia, de atenção e de cuidados. Sr. Presidente, demais colegas vereadores, família porto-alegrense, vamos juntos colocar a pauta da saúde mental na agenda de Porto Alegre. Que Deus abençoe a nossa cidade e muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0898/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 031/21, que revoga a al. *d* do inc. I do art. 3º da Lei nº 12.865, de 3 de setembro de 2021. **(IMESF/Plano Plurianual/2022-2025) (SEI 118.00275/2021-50)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não há inscritos para discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0894/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 019/21, que inclui o imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos no rol do art. 2º da Lei Complementar nº 911, de 19 de agosto de 2021, que institui o Programa de Recuperação Fiscal (RecuperaPOA). **(SEI 118.00271/2021-71)**

PROC. Nº 0947/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 024/21, que define Regime Urbanístico para as Subunidades 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 078 da Macrozona (MZ) 08, altera os limites das Subunidades 07 e 08, exclui a Subunidade 12 e renomeia a Subunidade 11, que passa a ser denominada Subunidade 09, todas da UEU 080 da MZ 08, define Regime Urbanístico para as Subunidades 05, 06, 07, 08, 09 e 10 da UEU 080 da MZ 08, constantes no Anexo 1.1 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), estabelece contrapartidas para o Parcelamento do Solo do empreendimento “Fazenda Arado Velho”, revoga a Lei Complementar nº 780, de 20 de novembro de 2015, e dá outras providências. **(SEI 118.00293/2021-31)**

PROC. Nº 0942/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 035/21, que revoga o parágrafo único do art. 2º, da Lei nº 10.728, de 15 de julho de 2009. **(Trâmite/relatórios finais/informações-Portal Transparência/PMPA) (SEI 118.00289/2021-73)**

PROC. Nº 0502/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 022/21, de autoria da Verª Lourdes Sprenger, que inclui art. 64-A na Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, e alterações posteriores, instituindo o Selo Empresa Amiga dos Animais. **(SEI 035.00044/2021-48)**

PROC. Nº 0931/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 021/21, que institui o Programa Municipal de Estimulo a Conformidade Tributária - Em dia com Porto Alegre, define as diretrizes para o relacionamento entre os contribuintes e o Município e estabelece regras de conformidade tributária. (SEI 118.00285/2021-95)

PROC. Nº 0944/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 023/21, que institui o Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre. Com Mensagem Retificativa nº 01. (SEI 118.00291/2021-42)

PROC. Nº 0678/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 281/21, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que cria o Programa de Cadastro e Apoio a Casas de Acolhimento à População LGBTQIAP+. (SEI 161.00074/2021-17)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0693/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 029/21, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, que revoga o inc. VII e o § 3º do art. 116 da Lei Complementar nº 284, de 27 de outubro de 1992 – que institui o Código de Edificações de Porto Alegre e dá outras providências –, excluindo a obrigatoriedade de dependência adequada à moradia do zelador e de sua família, com área mínima útil de 45m² ou equivalente à menor unidade autônoma, quando o prédio possuir mais de 16 apartamentos, e revoga a Lei Complementar nº 429, de 19 de maio de 1999 – que altera a redação do inciso VII e inclui § 3º no art. 115 e acrescenta nova alínea “d” ao inciso VIII do art. 128 da Lei Complementar nº 284, de 27 de outubro de 1992 (Código de Edificações de Porto Alegre) e dá outras providências. **Com Emenda nº 01, do Ver. Felipe Camozzato.** (SEI 030.00030/2021-29)

PROC. Nº 0051/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 010/21, de autoria do Ver. Jonas Reis, que obriga as escolas da rede municipal de ensino a incluírem em seus currículos a história afro-rio-grandense, a afro-porto-alegrense e a dos povos indígenas rio-grandenses. (SEI 210.00019/2021-41)

PROC. Nº 0194/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 059/21, de autoria da Ver^a Laura Sito, que institui o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos no Município de Porto Alegre. (SEI 216.00049/2021-51)

PROC. Nº 0220/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 067/21, de autoria da Ver^a Laura Sito, que institui o Programa de Renda Básica de Cidadania e de Renda Básica Emergencial no Município de Porto Alegre. (SEI 216.00051/2021-21)

PROC. Nº 0478/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 182/21, de autoria do Ver. José Freitas, que altera o art. 1º e o caput e o § 2º do art. 3º, inclui § 3º no art. 3º

e revoga o art. 2º e o § 1º do art. 3º, todos da Lei nº 12.739, de 19 de outubro de 2020 – que institui o Programa Farmácia Solidária no Município de Porto Alegre – modificando a definição dos beneficiários do referido Programa. **Com Emenda nº 01, do Ver. José Freitas. (SEI 034.00185/2021-61)**

PROC. Nº 0854/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 362/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia Municipal do Tamboreiro no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 28 de setembro. **(SEI 024.00082/2021-10)**

PROC. Nº 0867/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 367/21, de autoria do Ver. Giovane Byl, que denomina a Rua Contabilista Jorge Luiz Machado o logradouro público cadastrado, como Rua Quinhentos e Quatro, do Bairro Humaitá. **(SEI 158.00057/2021-85)**

PROC. Nº 0879/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 373/21, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao doutor Ivan Pacheco. **(SEI 023.00023/2021-34)**

PROC. Nº 0881/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 374/21, de autoria da Verª Mônica Leal, que denomina Rua Maria Érica Rodrigues o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 3802 localizado no Bairro Mário Quintana. **(SEI 038.00068/2021-02)**

PROC. Nº 0870/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 026/21, que institui o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIMPOA) no Município de Porto Alegre, dispõe sobre infrações e penalidades e dá outras providências. **(SEI 118.00263/2021-25)**

PROC. Nº 0880/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 027/21, que institui o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Vegetal (SIMVEGETAL) produzidos em Unidades de Beneficiamento Artesanal de Pequeno Porte (UBAPP), no Município de Porto Alegre. **(SEI 118.00266/2021-69)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, colegas vereadoras e vereadores, venho a esta tribuna, mais uma vez, preocupado, muito preocupado, são dez meses já de governo, mas o que há de errado? Quem está na Prefeitura? É o Melo? Quem é? Eu acompanhei as redes do prefeito na sua fatídica viagem à Europa; o que trouxe de novidades? Nada! Hoje estão em pauta aqui as

necessidades do povo de Porto Alegre. Estão priorizadas aqui, principalmente o combate à miséria, política real, de combate à fome. Eu vi a foto do café da manhã do prefeito e do Leite – sim, o governador Leite, esse que quer ser candidato à Presidente –, e aqui em Porto Alegre há uma necessidade, bem apontada pelo Ver. Pedro Ruas, de 50 mil cestas básicas. Nós estamos falando de arroz, feijão, farinha, óleo para cozinhar o básico, para fazer três refeições. E o prefeito disse que vai trazer um projeto, uma feira de inovação. Inovação mesmo seria terminar com os alagamentos na Ponta Grossa. Quem esteve com o Marchezan fez obras malfeitas de saneamento. Disseram eles: “Fizemos o separador absoluto, agora não tem mais o ataque à natureza, com o esgoto cloacal correndo”. Mas o esgoto cloacal está dentro da casa das pessoas, gerando doenças, gerando déficits no SUS, e aqui nós estamos falando em SUS também na pauta do dia, estão aqui as farmácias. De que adianta colocar de um lado se o governo executa mal os recursos e estraga do outro? Onde está a responsabilidade desta Casa de fiscalizar essas coisas mal executadas por aí afora? É um desperdício do dinheiro! No microfone cabe tudo com tranquilidade, na maciota. É atraso em cima de atraso nesta cidade, em vários âmbitos de políticas sociais.

Nós estamos com o Plano Municipal de Educação na gaveta e a secretária agora fala em mudar o currículo, que vai resolver. Tirar as disciplinas de Filosofia, História, Geografia, Espanhol vai resolver. Quero que ela explique aqui: como é que vai resolver o déficit de quase 5 mil vagas na educação infantil? Até agora não criou nenhuma! Está aqui, política de educação também é combater a miséria. Criança na escola é a construção do futuro, mas a política do presentismo, a política do imediato fala mais alto. A política é dura. Um dia me disseram: “Jonas, tu vais para a Câmara, ganhaste a eleição, mas não te enganas, porque lá muito é dito e quase nada é feito”. E é isso! As pessoas dizem que acolhem, que isso e aquilo. Uma vereadora veio aqui anteriormente dizer: “Eu fiz e aconteci na assistência social”. Devolveu R\$ 35 milhões, por isso que nós estamos aqui, tendo que criar programa de renda básica, renda mínima, da Ver.^a Laura, que está em pauta – parabéns, vereadora, pelo projeto. Vereadora do PT, porque os outros, de direita, devolvem o dinheiro. Ela devolveu dinheiro, a Ver.^a Nádia, quando era a comandante da assistência social. Por isso que estamos tendo que consertar os erros do passado. A gente não avança na política, por isso que vão estar sempre em pauta coisas que já deveriam ter sido feitas no passado, porque os irresponsáveis assumem as pastas e não o fazem como deveriam. Imaginem, as pessoas não têm sensibilidade com quem passa fome, dizer que tem que arrancar o colchão, tirar o sofá, tirar a cama da pessoa, que ela durma na chuva, no relento, embaixo da árvore, com a cabeça no piso! E nós estamos aqui, por isso que temos de colocar isso aqui em pauta. Coisas que já deveriam ter sido implementadas há muito tempo, e os governos irresponsáveis, como o do Marchezan, seguraram todo o dinheiro. Seguraram o dinheiro. Não investiram. Qual é a grande obra, neste Município, legada pelo Marchezan? Nenhuma! Nenhuma duplicação! Nenhum viaduto! Nada! Nós não temos nada de peso. Está lá a Av. Vicente Monteggia, que há muito tempo espera a duplicação; o Caminho do Meio, agora, vai ter que depender de emendas. No Caminho

do Meio, não pensem que vai resolver – eu estou junto, viu, para a duplicação do Caminho do Meio –, mas não vai resolver a questão da mobilidade urbana.

Nós precisamos discutir, aqui nesta cidade, o Metrô. Nós precisamos discutir o uso do subterrâneo, nesta cidade, para locomoção. Nós precisamos. Não vai ser implementado agora?! Claro! Mas este debate tem que ser feito. Não pode ser só o presentismo. Mas eu estou neste debate, viu, Mauro. Conta com o meio apoio para a duplicação do Caminho do Meio. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, ao PLL nº 165/20.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 165/20 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLCE nº 014/21. Informo que não há necessidade de dispensa do envio da emenda às Comissões, pois a proposição tramita nos termos do art. nº 81 da LOM.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, ao PLL nº 085/21.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 085/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 21 ao PLE nº 015/21.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Sr. Presidente, colegas, público que nos assiste; não poderia deixar de subir a esta tribuna, hoje, para falar como Procuradora Especial da Mulher, por dois assuntos que aconteceram nos últimos dias e que me deixam ainda mais triste quando a gente fala de pautas relacionadas às mulheres.

Na semana passada, mais uma vez, nós tivemos de lidar com as mídias retratando a insegurança vivida pelas mulheres e também com a impunidade nos casos que são denunciados. Após uma manifestação pelo Instagram, a jovem Duda Bassani comoveu a internet com a sua história, que é comum para muitas mulheres ao se sentirem constrangidas por motoristas de aplicativos. Pelo que a Duda conta, o motorista teria tentando dopá-la, e quase conseguiu. Porém, Duda ainda teria ficado um pouco consciente a ponto de se jogar para fora do carro ainda em movimento. Este caso ainda está sendo apurado pelas autoridades, mas o fato é que as mulheres lidam constantemente com o medo e a insegurança. Temos muitos trabalhadores idôneos que estão hoje nos aplicativos por falta de oportunidade, reforçados pela pandemia. Quem aqui não sentiu medo, mesmo que por uma vez, ao deixar uma mulher sozinha em um carro de aplicativo? Entre amigas é essencial retornar a mensagem: “Amiga, avise quando chegar em casa”. Isso, além de cuidado e carinho, é o medo que se tem por saber que é alta a chance de algo acontecer quando uma mulher está sozinha. Pior do que esta realidade, é a nota de repúdio emitida pela aplicativo frente a esta história, que diz trabalhar pela segurança de seus clientes e cita que no App tem um botão para chamar a polícia, sendo que, especialmente, neste caso, o importante é o apoio à mulher que teve coragem de denunciar. Infelizmente, para a mulher que denuncia a violência, não existem muitas opções, pois a primeira coisa que a sociedade faz é questionar: “Mas será mesmo que o cara fez isso? Mas será que ela não estava pedindo? Mas será que ela não queria?” Mais triste do que este julgamento social é a impunidade dos agressores. São muitas mulheres que não conseguem medidas protetivas ou que não conseguem ver seus agressores condenados.

Outro caso que trago aqui; na semana passada, nós tivemos mais um desfecho do caso da Mari Ferrer em que o STJ, além de dar uma condenação com pena baixa, absolveu o agressor dos crimes pelos quais era acusado. Além do julgamento social que a Mari Ferrer enfrentou, ela também foi severamente constrangida no Judiciário. Para quem não viu, é possível encontrar facilmente a gravação da audiência do caso de quando ainda estava na fase de primeiro grau. A audiência foi realizada por vídeo, com duração de três horas, em que a autora era moralmente agredida pelo advogado do réu. O caso inclusive teve processo disciplinar aberto para avaliar a atitude ou a falta de atitude do juiz.

Então esses dois casos reforçam a necessidade de assegurar à mulher a segurança na hora de realizar as denúncias. Não devemos ser constrangidas na delegacia, no Judiciário, ou em qualquer outro espaço. A única forma de interrompermos estes ciclos de violência é apoiando as denúncias, bem como acolhendo as mulheres que são vítimas, seja de violência física ou mental.

Além de tudo isso, temos outros tipos de violência à mulher, mais especificamente à saúde da mulher. Nós temos meninas que não possuem renda para comprar algo básico como o absorvente, e, por isso, deixam de ir à escola. O veto do Presidente ao tema utilizou como justificativa a falta de origem de recurso. Contudo, a higiene menstrual se trata de saúde coletiva, sendo obrigação constitucional do Estado e da federação assegurar o acesso à população. A higiene menstrual diz respeito à

dignidade e ao respeito de viver uma vida saudável. Assim, em pleno século XXI, é inadmissível que as mulheres deixem de sair à rua, de ir à escola, deixem de viver, por estarem menstruadas.

Então, colegas, quando falamos de violência, seja ela qual for, lembrem-se: amanhã pode ser você a vítima ou, quem sabe, a sua filha. Nossas mulheres precisam ser respeitadas. Pensam nisso. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereadora.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Visivelmente não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h55min.)

* * * * *